



Índice

- 01** [STF começa julgamento sobre demarcação de terras indígenas](#)
- 02** [CNBB defende decisão favorável aos índios em julgamento sobre Raposa do Sol no STF](#)
- 03** [Ruben Figueiró cobra postura do governo sobre terras indígenas](#)
- 04** [Pela defesa de terras indígenas e quilombolas](#)
- 05** [O que há de novo para melhorar a vida dos índios? – Por Sergio Pires](#)
- 06** [Índios saem do encontro para fechar a BR-319](#)
- 07** [A Raposa e os índios](#)
- 08** [Guarani kaiowá cobram na Câmara dos Deputados garantia dos direitos dos povos indígenas](#)
- 09** [Aumentam as doenças crônicas entre indígenas do Xingu](#)
- 10** [Jogos dos Povos Indígenas aplicam ciência tradicional ao esporte](#)
- 11** [Cacicas baianas e SPM tratam de demandas das indígenas em roda de conversa](#)
- 12** [Portaria da AGU sobre demarcações indígenas voltará a valer, diz Adams](#)
- 13** [Mundurukus debateram pertinência de planejamento coletivo que também contemple temas transversais como saúde e educação](#)
- 14** [Alunos da Escola Indígena Estadual Karai Kuery Renda visitam o Jardim Zoológico](#)



- 15** [Aprovado projeto que reestrutura carreira de professor indígena](#)
- 16** [Aldeia dos Jogos Indígenas 2013 é erguida no Jardim Botânico de Cuiabá](#)
- 17** [Justiça manda Funai concluir estudo para ampliar área indígena em MT](#)
- 18** [Campanha Dourados Rosa leva exames a mulheres indígenas](#)
- 19** [As cotas e o Enem: 56% dos inscritos em 2013 são negros ou indígenas](#)
- 20** [Direito dos quilombolas à terra que ocupam é aprovado pela CDH](#)
- 21** [Programa apoia comunidades quilombolas do São Francisco](#)
- 22** [Encontro da Juventude Quilombola do Paraná](#)
- 23** [À véspera de julgamento de ação no TRF4, campanha defende titulação de quilombos](#)
- 24** [Representação da FCP – MinC na Bahia começa temporada de visitas aos quilombos do estado](#)
- 25** [Quilombolas retomam território no MA](#)
- 26** [Cardozo é convocado para falar em comissão do Senado sobre conflitos indígenas](#)
- 27** [Mortes de crianças indígenas aumentam 43,5% em MS](#)
- 28** [Decisão do STF desconstrói medidas anti-indígenas e nega efeito vinculante às 19 condicionantes de Raposa Serra do Sol](#)
- 29** [Povos indígenas de Rondônia e Amazonas relatam descaso e abandono](#)
- 30** [Figueiró lamenta demora na solução para conflitos em terras indígenas](#)
- 31** [Defesa do índio brasileiro não passa do discurso politicamente correto](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

32 Índios reivindicam mais espaço no Médio Vale e bloqueiam rodovia entre Doutor Pedrinho e Itaiópolis

33 BA – Comissão definirá situação da comunidade quilombola Rio dos Macacos

34 Incra discute em audiência questão do Rio dos Macacos

STF começa julgamento sobre demarcação de terras indígenas SÍTIO G1, 23.10.2013

*Corte validou reserva Raposa Serra do Sol e criou regras gerais.
Tribunal marcou para esta quarta recursos de índios, produtores e do MP.*



Índios acompanham no plenário do STF a sessão que analisa recursos que questionam diversos pontos da decisão que definiu as regras de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. (Foto: Joel Rodrigues/Frame/Folhapress)

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar por volta das 14h30 desta quarta-feira (23) se as regras de demarcação adotadas em 2009 para a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, devem ser aplicadas em todas as outras terras indígenas do país.

Em março de 2009, após uma série de conflitos entre índios e fazendeiros, o Supremo determinou a saída imediata dos produtores de arroz e não índios que ocupavam a reserva de Roraima, além de fixar regras gerais sobre as terras indígenas no país.

Quatro anos e meio depois, o Supremo voltará a analisar recursos de produtores rurais, índios e da Procuradoria-Geral da República (PGR) que questionam diversos pontos da decisão - veja os argumentos abaixo.

A Advocacia-Geral da União (AGU) chegou a publicar no ano passado uma portaria regulamentando a demarcação de terras com base na decisão do Supremo, mas suspendeu sua aplicação até que o tribunal avaliasse os recursos.

CONT.



O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, afirmou antes da sessão do STF que, caso a Suprema Corte mantenha o entendimento adotado no julgamento da reserva da Região Norte, a validade da portaria 303/2012 será retomada.

"A portaria 303 foi suspensa até o julgamento desses embargos. Uma vez julgados e confirmada a primeira decisão do Supremo, a portaria vai entrar em vigor novamente", disse Adams.

Relator dos recursos que serão avaliados pelo STF, o ministro Luís Roberto Barroso advertiu, antes do início da sessão, que o voto sobre o tema será "longo", porém, a conclusão do debate depende da "polêmica" que se travar no julgamento.

"A expectativa é de um julgamento um pouco mais longo do que eu gostaria porque são muitos embargos de declaração com muitas questões a serem resolvidas. [...] Mas possivelmente a questão mais controversa seriam as condicionantes que o Supremo acrescentou a essa decisão. Foi decisão atípica porque o Supremo não se limitou a decidir a ação popular que pretendia anular a demarcação das terras indígenas, manteve o ato da demarcação, mas o Supremo foi além e procurou construir o sistema constitucional de demarcação de terras indígenas", explicou o ministro.

Condições impostas pelo STF

O tribunal estabeleceu 19 condições a serem verificadas em todas as terras indígenas demarcadas no território nacional, entre elas uma que exige dos índios que obtenham permissão do poder público para o garimpo em suas terras; outra autoriza intervenções de interesse da Política de Defesa Nacional na terra indígena e a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal no local sem prévia consulta aos Índios ou à Fundação Nacional do Índio (Funai); além dessas, há regra que autoriza a construção de vias de transporte caso seja de interesse público.

O Supremo também determinou que os índios permitam a entrada de visitantes e pesquisadores não índios na área de conservação ambiental, não cobrem tarifas para permitir a entrada nas terras e não implantem estabelecimentos comerciais nas reservas.

A Suprema Corte impediu ainda o governo de cobrar qualquer tipo de imposto ou taxa nas terras indígenas e, por fim, proibiu a ampliação da terra indígena já demarcada.

Diante das condicionantes, foram apresentados vários embargos de declaração (recursos que questionam decisões do Supremo). Esses recursos serão analisados pelo Supremo com uma nova composição, cinco ministros diferentes – Luiz Fux no lugar de Menezes Direito, Rosa Weber no lugar de Ellen Grace, Teori Zavascki no lugar de Cezar Peluso e Luís Roberto Barroso no lugar de Ayres Britto.

O ministro Dias Toffoli, que assumiu a cadeira de Menezes Direito, era o advogado-geral da União à época do julgamento da demarcação e deve se declarar impedido de julgar os recursos.

CONT.



Argumentos dos recursos

O recurso da Procuradoria-Geral da República ressalta que as condicionantes do Supremo não deveriam ter sido fixadas sem debate prévio da sociedade e que a definição de normas fere o princípio da separação de poderes. Para a PGR, as condicionantes ultrapassam o tema do processo, que é a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol.

Ainda na avaliação da Procuradoria, as condicionantes priorizam os interesses do poder público e ofendem os direitos das comunidades indígenas. O recurso aponta ainda que algumas das determinações "podem gerar efeitos nefastos sobre a vida das comunidades, afetando a sua cultura e suas tradições". Outro questionamento é que não pode se determinar como impossível a ampliação da terra demarcada, uma vez que há previsão legal para que isso ocorra.

Comunidades indígenas questionam a obrigatoriedade de terem que obter permissão para a atividade de garimpo em suas próprias terras e também são contra a desobrigação de consulta prévia em casos de interesse público.

O governo de Roraima também recorreu da decisão e afirmou que o STF não estabeleceu como seria sua atuação na reserva Raposa Serra do Sol, em relação aos serviços públicos como saúde e educação.

O ex-senador Augusto Botelho também recorreu em defesa dos proprietários rurais e afirmou que há imóveis particulares com propriedade privada reconhecida por sentença judicial dentro do local.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou em recurso que há omissões em relação às pessoas miscigenadas, se elas podem permanecer na reserva, além de templos religiosos já construídos e escolas mantidas na área pelo poder público. O parlamentar sustenta que é preciso garantir a passagem pela terra por se tratar de única ligação entre Boa Vista e a cidade de Pacaraima.



CNBB defende decisão favorável aos índios em julgamento sobre Raposa do Sol no STF

SÍTIO PORTUGAL DIGITAL, 23.10.2013

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou confiança em decisão favorável aos povos indígenas no julgamento dos embargos declaratórios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Brasília - A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou confiança em decisão favorável aos povos indígenas no julgamento dos embargos declaratórios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que ocorre nesta quarta-feira (23), no Supremo Tribunal Federal (STF).

"O julgamento dos embargos de declaração enseja oportuna ocasião ao Supremo Tribunal Federal de consolidar um marco de segurança dos direitos dos povos indígenas, garantindo que estes possam administrar e gerir seus territórios conforme seus próprios projetos de vida", informou a CNBB em nota divulgada hoje (22).

O julgamento ocorre mais de quatro anos após o STF decidir que a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em uma área contínua de 1,74 milhão de hectares (1 hectare equivale a, aproximadamente, um campo de futebol) não fere a Constituição. Os embargos, interpostos na Petição 3.388/RR, questionam as 19 condicionantes fixadas na petição. O relator é o ministro Luís Roberto Barroso, em substituição ao ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou em 2012.

O embargo de declaração é um recurso apresentado por uma das partes interessadas no processo quando ainda resta dúvida sobre a sentença já anunciada. Normalmente, esclarecidas as dúvidas pontuais, a decisão judicial é mantida em sua essência e, se necessário, pequenos ajustes são feitos, esclarecendo os pontos obscuros.

Para a CNBB, o STF, quando provocado, "tem reconhecido e consolidado os direitos indígenas, dando segurança jurídica nos processos de demarcação e delimitação promovidos pelo Poder Executivo", levando fim aos conflitos e garantido a paz social. Ainda de acordo com a nota, os bispos esperam "ouvir do Supremo Tribunal Federal, de forma inquestionável, que as condicionantes não podem ser impostas aos povos indígenas do país, como pretende a Portaria 303 da Advocacia Geral da União-AGU".

Na nota, a CNBB também lamentou o que chamou de "insistentes iniciativas legislativas e administrativas" que ameaçam os direitos territoriais dos povos indígenas, estabelecidos na Constituição. "A efetivação do seu direito às terras tradicionais e o respeito à sua cultura são condição essencial para que vivam com dignidade e em paz", diz a nota. Agência Brasil



Ruben Figueiró cobra postura do governo sobre terras indígenas

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 23.10.2013

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou em Plenário, nesta quarta-feira (23), a postura do governo diante dos conflitos de terra em Mato Grosso do Sul envolvendo comunidades indígenas. Ele cobrou uma proposta razoável capaz de deter as invasões de terra e promover a conciliação entre índios e não-índios, temendo que a falta de uma "definição real e concreta" resulte em tragédia.

- Que o governo federal use o tempo que tem para agir, a fim de que os princípios constitucionais do direito à propriedade, do marco temporal estabelecido por decisão do Supremo Tribunal Federal sejam respeitados, e a paz, a ordem, a conciliação sejam restabelecidas como primado da convivência fraternal - sublinhou.

O senador cumprimentou a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pelo acordo - firmado no fim de junho em Campo Grande - que daria "em 45 dias" uma solução considerada definitiva para os conflitos. Segundo Ruben Figueiró, ao fim do prazo, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, apresentou uma proposta "enganosa" que foi recusada pelo governo do estado.

O parlamentar ainda acusou o ministro Eduardo Cardozo de ter evitado comparecer a audiência no Senado para discutir o impacto das demarcações de terras indígenas na agricultura. Ruben Figueiró reafirmou seu compromisso com a questão indígena, salientando sua esperança de que índios e não-índios possam restaurar a situação de convivência pacífica em seu estado.

- Poderá chegar a um clima que nem o derramamento de sangue conseguirá restabelecer a vida harmônica do passado. Esse sangue que poderá ser derramado não honrará nenhuma das partes - advertiu.

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Pela defesa de terras indígenas e quilombolas

SÍTIO PCO, 23.10.2013

Os índios e quilombolas iniciam campanha para regularização de suas terras



Um dos cartazes de divulgação da campanha pela regularização das terras. (Foto: internet.)

Na última semana, os índios e quilombolas de Oriximiná, no Pará, lançaram uma campanha pela identificação e regularização de suas terras e pelo cancelamento da autorização de exploração mineral na região.

Esta campanha foi lançada durante a Semana de Mobilização Nacional Indígena, que ocorreu em Belém (PA). Tem o apoio da Comissão Pró-Índio e do Iepé.

Os índios e quilombolas estão reivindicando a imediata publicação do relatório de identificação da Terra Indígena Kaxuyana/Tunayana, pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e Terra

Quilombola Alto Trombetas, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), também pedem a agilização dos processos de regularização das terras quilombolas Jamari/Último Quilombo/Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira pelo INCRA e Iterpa (Instituto de Terras do Pará) e ainda o cancelamento das autorizações para a Mineração Rio do Norte. Ainda na pauta de reivindicações está a realização de estudos e exploração mineral dentro das terras quilombolas, além da interrupção de qualquer atividade mineradora, nem mesmo pesquisas, antes que seja feita titulação das terras.

Para apoiar a campanha envie o seguinte texto modelo que está no endereço: <http://www.cisp.org.br/email/campanha02out13/carta.aspx>



O que há de novo para melhorar a vida dos índios? – Por Sergio Pires

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 23.10.2013

Mais uma reunião no Congresso tratou da grave situação dos índios Cinta Larga. Vivem numa região riquíssimas mas que, afora os caciques, todos os demais sobrevivem à míngua. Algo novo no ar? Absolutamente nada. Muito discurso, o mesmo de sempre e...não se vê, na realidade, qualquer avanço para melhorar a vida da tribo. Os representantes dos índios Cinta Larga querem o direito de comercializar os produtos primários que podem ser extraídos de suas terras (madeiras, frutos, castanhas) e explorar seus minérios. E porque não o fazem? Parece que há uma espécie de lamentável consenso de que eles devam viver apenas sob o jugo e o apoio do Estado. Têm que ter saúde, comida, escola, infraestrutura, apenas como investimentos oficiais. Não podem trabalhar, não podem explorar suas ricas terras, não podem ter uma vida digna, porque são índios, não brancos. Na teoria, então, estão condenados a essa vida de esmolas e concessões, não de conquistas. O representante da tribo, presente ao encontro, Marcelo Cinta Larga, também cobrou do governo federal, cursos de capacitação que permitam aos povos indígenas desenvolver atividades econômicas rentáveis e sustentáveis em suas aldeias. E fez um comentário que soou quase como um lamento: " Nenhum ser humano, seja branco ou índio, consegue trabalhar sem condições".

Nunca será fácil a vida dos Cinta Larga e de outras etnias, com tantos "representantes", que vivem falando por eles, discursando, como se fossem os mais legítimos intérpretes das tribos. Na verdade, em muitos casos, estão defendendo apenas suas ideias e ideologias pessoais. Os Cinta Larga têm direito à terra e às riquezas que possuem. Não são bebês, não são idiotas. São homens e mulheres lutadores, que mereciam muito mais do que tantos discursos vazios e tão pouco apoio real.

"INTERNACIONAL"

São 6 reais e 50 centavos. Um suco de laranja pequeno, com adoçante, num copo de plástico: esse preço absurdo é cobrado em algum aeroporto internacional, daquelas de Primeiro Mundo? Nada disso. O otário que pedir a bebida vai pagar tudo isso aqui mesmo, num dos restaurantes ou cafés no "aeroporto internacional" de Porto Velho. Que de internacional mesmo, só tem esse preço proibitivo. Claro, tudo é feito sem qualquer fiscalização. E o otário que pague, se quiser tomar seu suco...

FORA DO PÁREO

Já está decidido: depois de uma longa reunião em família, o ex-governador João Cahulla foi "intimado" a não participar da eleição de 2014. Embora ainda seja o presidente regional do PPS, Cahulla está cada vez mais afastado das lides políticas. A pedido de sua esposa, dona Marli e dos filhos, ele preferiu voltar à vida privada e cuidar dos seus negócios. Não é um fim para a carreira política, mas, a continuar a pressão familiar, pode até ser. Cahulla também

CONT.

deve deixar o comando do PPS depois do pleito de 2014.



NOS QUINTOS DOS INFERNOS

Mais uma prova de que a população não aguenta mais. Dois meninos, um de 14 e outro de 16 anos, que perante a lei não podem ser responsabilizados por nada, mas que, mesmo pouco mais que crianças, podem assaltar, ferir, matar, brutalizar suas vítimas, por pouco não foram linchados no bairro Ulysses Guimarães. A dupla invadiu uma casa, atacou covardemente pessoas da família. Com um revólver, agredindo todos. Foram desarmados e o pau cantou. Não fosse a PM, esses dois tinham deixado de ser "anjinhos" perante a lei e estariam, certamente, nos quintos dos infernos.

AGORA PODE?

Aqueles que diziam, nos anos 70, que dariam suas vidas pela liberdade de expressão, estão entre os que mais querem agora impor a censura, quando o assunto lhes interessa diretamente. Chico Buarque, o poeta da resistência; Gilberto Gil, Caetano Veloso e outros da turma, não querem biografias não autorizadas. Só as chapa branca. No tempo da ditadura militar, vociferavam e até foram para o exterior, para escapar da perseguição e manter sua ideologia. Agora, jogam no lixo parte da biografia e querem se transformar em censores. Nada como um dia depois do outro!

PRIMEIRO PASSO

Claro que é um passo pequeno, mas é um passo para a frente. Depois de mais de duas décadas, finalmente os primeiros servidores do Estado passam a receber seus salários pela União, porque agora são servidores federais. São os primeiros 432 PMs, da ativa e aposentados, que já recebem seus novos vencimentos em novembro. Faltam uns 10 mil para serem transpostos, mas é um avanço. Só com esse grupo, que conquistou seu direito graças à decisão judicial, serão poupados perto de 1 milhão e 950 mil reais dos cofres rondonienses.

PRÊMIO JUSTO

Para tristeza dos apaixonados pelos direitos humanos dos criminosos, o PM que deu dois tiros num ladrão que assaltara um motociclista em plena luz do dia, em São Paulo, recebeu a maior condenação da corporação. E não foi punido, como alguns irresponsáveis divulgaram nas redes sociais. O caso ficou famoso porque o motoqueiro assaltado gravou tudo, até a reação do policial. O bandido continua internado e, para alegria dos que adoram defender os criminosos, deve estar nas ruas em breve, de novo. Para assaltar e matar.

PERGUNTINHA

Qual a próxima desculpa para que algum grupo decida que é hora de fechar a BR 364 e interromper o sagrado direito de ir e vir dos cidadãos e cidadãs?

Fonte: Sergio Pires

Índios saem do encontro para fechar a BR-319
SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 23.10.2013



MONTEZUMA CRUZ

Minutos depois do encerramento do Encontro das Lideranças do Movimento Morogita/Kagwashiva, representantes de povos indígenas do sudoeste amazônico e de Rondônia começam agora a se posicionar para fechar a Rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho). A informação foi dada por Ivaneide Bandeira, da organização não-governamental Kanindé.

As lideranças encerraram na manhã de hoje o encontro no qual debateram políticas públicas para o território indígena e as 19 condicionantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR). O documento que resume o encontro será divulgado no início da tarde.

Reunidos em Humaitá (AM), a duzentos quilômetros de Porto Velho (RO), os índios deixaram há pouco o local do encontro, saindo em passeata desde a Universidade Federal do Amazonas. Eles interromperão o tráfego na rodovia à altura da sede da Associação Atlética Banco do Brasil. Protestarão contra propostas de emendas constitucionais e projetos de lei considerados prejudiciais aos povos indígenas brasileiros, hidrelétricas de Tabajara, Belo Monte e Complexo do Madeira (Jirau e Santo Antônio).

No Xingu, a situação de saúde dos povos indígenas é delicada, informa a Rádio CBN. "Se em 1965 doenças como a malária, as infecções respiratórias e a diarreia eram as principais causas de morte de índios no Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, hoje a doença de maior incidência entre eles é a hipertensão arterial", informa a emissora, com base em levantamento

CONT.

feito pelo Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo (USP), apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado e do Projeto Xingu.



É grave

"Atualmente, a malária está sob controle. Embora as doenças infecciosas e parasitárias ainda sejam relevantes em termos de mortalidade, são os males crônicos não transmissíveis, como a hipertensão, a intolerância à glicose e a dislipidemia, que mais cresceram nos últimos anos entre os índios da região", divulga a USP.

Para essa pesquisa foram entrevistados e examinados 179 índios khisêdjês, moradores da área central do Parque do Xingu, no período de 2010 a 2011. A análise dos resultados mostrou a prevalência de hipertensão arterial (10,3% do total) em ambos os sexos, sendo que 18,7% das mulheres e 53% dos homens apresentaram níveis de pressão arterial preocupantes.

A intolerância à glicose foi identificada em 30,5% das mulheres e em 17% dos homens. A dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue) apareceu em 84,4% dos participantes dos dois sexos.

Em entrevista à Agência Brasil, a pesquisadora Suely Godoy Agostinho Gimeno, coordenadora do estudo Perfil Nutricional e Metabólico dos Indígenas Khisêdjê, disse que algumas alterações estão sendo constatadas, principalmente nos últimos 15 anos. Na pesquisa anterior, divulgada pelo grupo no começo de 2000 e feita com os mesmos índios, a doença mais relevante era a dislipidemia. "Era impressionante a proporção [de dislipidemia]. Muito maior que nos estudos que se faz com população não indígena", disse ela.



A Raposa e os índios

SÍTIO MERCADO ÉTICO, 23.09.2013

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar o julgamento do caso da demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR). Embora o caso concreto já tenha em grande parte se resolvido – a terra foi oficialmente reconhecida em área contínua e os ocupantes foram retirados – ainda pendem de análise embargos de declaração, que versam sobre pontos da decisão que podem afetar não só esse caso concreto, mas muitos outros Brasil afora.

Quando do julgamento, os ministros do STF se depararam com um conflito muito acirrado. De um lado, as comunidades indígenas, que há mais de 30 anos lutavam para ver reconhecido o seu direito à terra há séculos tradicionalmente ocupada. De outro lado, um grupo heterogêneo de atores que defendia, por razões diversas, a demarcação da área em ilhas, com a manutenção dos fazendeiros que ali haviam se estabelecido, e que se subtraíssem as áreas em faixa de fronteira.

Diante dessa situação, e da complexidade da questão, os ministros da época resolveram adotar uma solução salomônica: reconheceram a legalidade da demarcação em área contínua, mas estipularam uma série de ressalvas, várias delas sem uma correspondência muito clara com o texto constitucional. Como nenhuma dessas ressalvas, ou “condicionantes”, estava presente no pedido feito na ação original – que se restringia ao reconhecimento ou não da área como terra indígena – e tendo elas surgido no voto do ex-ministro Meneses de Direito como uma tentativa de conciliação, os demais ministros não tiveram condições de analisá-las, e praticamente não houve debate sobre elas.

Como algumas das condições inovam na ordem jurídica, mas foram enunciadas de forma muito genérica, inclusive com posicionamento divergente de ministros que acabaram apoiando-as, uma grande confusão foi armada. A primeira: ao criar novas regras, algo que não é propriamente sua função, o STF estaria estendendo essa decisão a outros casos? Ou essas condições deveriam valer apenas àquele caso concreto, cheio de peculiaridades?

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) que vem realizando uma verdadeira cruzada contra as terras indígenas, rapidamente entrou com um pedido para que o STF reconhecesse a “repercussão geral” do caso, o qual foi rechaçado. O que mais lhe interessa é transformar em regra geral a teoria do “fato indígena”, apoiada por alguns poucos ministros durante a votação, segundo a qual o marco temporal para reconhecer o direito indígena à terra deveria ser a data da promulgação da Constituição Federal. Embora não tenha sido bem debatida, essa tese leva a crer que os índios só teriam direito às terras efetivamente ocupadas em outubro de 1988. Mas a própria decisão ressaltou o caso daqueles povos que tenham saído de suas terras, anteriormente a essa data, contra a sua própria vontade. Como praticamente todos os povos que reclamam por seus territórios tradicionais deles saíram por circunstâncias alheias a seu

CONT.



livre arbítrio, a questão não ficou esclarecida. Essa a razão dos embargos que serão julgados: explicar o que está confuso.

E há outros pontos que precisam ser esclarecidos. Um deles estipula que “a expansão estratégica da malha viária” e a “exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico”, tal como definido pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN), serão implantados sem consulta às comunidades afetadas. Essa condição, além de transparecer autoritarismo, contrariando inclusive o próprio texto constitucional (art.231,§3o), suscita dúvidas quanto a seu alcance. Pode o CDN, que se reúne apenas excepcionalmente, definir que uma estrada que corta uma terra indígena é “estratégica” ao país, porque vai baratear o escoamento de soja, por exemplo, tolhendo assim o direito de algumas comunidades de serem consultadas? Ou isso vale apenas para as estradas de uso militar em faixa de fronteira, como as existentes na Raposa?

Por essas e outras que a decisão do STF sobre os embargos é tão importante, o que, aliás, vem se tornando comum. Delimitar o alcance da decisão e esclarecer o que cada condição quer realmente dizer será um grande serviço ao país. Os 11 ministros estarão decidindo, no fundo, qual valor deve pautar a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas: o da submissão ou o do respeito. Isso dirá muito sobre a democracia que queremos ser.

* Raul do Valle, coordenador de Política e Direito Socioambiental do ISA, originalmente publicado na seção de Opinião do jornal Correio Braziliense

(ISA)



Guarani kaiowá cobram na Câmara dos Deputados garantia dos direitos dos povos índios

SÍTIO PORTUGAL DIGITAL, 23.10.2013

Ao participar do 1º Fórum Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani-Kaiowá, na Câmara dos Deputados, eles defenderam a contratação de mais médicos e professores para suas comunidades e a construção de mais escolas nas aldeias.

Brasília - Um grupo de crianças de cinco aldeias guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul cobrou, terça-feira (22), de representantes do Poder Público mais atenção aos direitos dos indígenas.

Ao participar do 1º Fórum Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani-Kaiowá, na Câmara dos Deputados, eles defenderam a contratação de mais médicos e professores para suas comunidades e a construção de mais escolas nas aldeias. Os jovens reclamaram também da constante falta de remédios e da inexistência de espaços de cultura e lazer.

Além dessas reclamações, semelhantes às de várias comunidades não indígenas existentes no país, os guaranis-kaiowás cobraram pressa na conclusão dos processos de demarcação dos territórios indígenas e justiça para índios assassinados em conflitos fundiários, caso dos professores Rolindo e Jenivaldo Vera, assassinados em outubro de 2009, em Paranhos, Mato Grosso do Sul.

"Nossos adultos já enviaram vários documentos [às autoridades], e nada acontece. Aqueles que matam nossas lideranças e nossas crianças continuam soltos", disse Jhonatan Velasques Gomes, de 16 anos, morador da aldeia Guaiviry, entre as cidades de Ponta Porã e Aral Moreira, também em Mato Grosso do Sul. Filho do ex-cacique da aldeia, Jhonatan foi ferido em novembro de 2011, quando seu pai foi morto a tiros. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 19 pessoas pelo crime, entre fazendeiros, advogados e um secretário municipal.

O fórum contou com a presença da ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, de parlamentares e de representantes de vários órgãos públicos.

Os índios disseram no evento que muitos governadores e prefeitos costumam alegar que não podem garantir direitos básicos a muitas aldeias pelo fato de ficarem áreas ainda não homologadas como território tradicional indígena ou porque a Justiça ainda não decidiu a quem pertencem de fato. Esse argumento foi refutado por representantes de órgãos federais como o Ministério da Educação, cuja representante no evento, Suzana Grillo, garantiu a inexistência de impedimentos legais à construção de escolas em aldeias indígenas, mesmo as que estejam em áreas em litígio.

"Queremos uma escola de ensino médio na nossa aldeia porque, fora dali, sofremos muitos ao
CONT.



mostrar nossas tradições e costumes", disse Laide de Silva Pedro, que vive na Aldeia Panambizinho, a cerca de 20 quilômetros de Dourados (MS). A região registra altos índices de suicídio entre guaranis-kaiowás que vivem em uma reserva que, com o passar do tempo, tornou-se pequena para eles. Parte deles fica acampada à margem de rodovias, à espera da ampliação da Reserva Dourados ou da demarcação de um novo espaço.

"Nosso sonho é a demarcação de nosso território sagrado (tekoha), porque precisamos de terra para plantar e para manter nossos costumes. Faz tempo que esperamos pela demarcação, e ela não sai. Enquanto isso, faltam escola e remédios", acrescentou Oséas Martins, da aldeia Kurusu Ambá.

Segundo Dulce Carrion, coordenadora da organização não governamental (ONG) Imagem da Vida, organizadora do fórum, a iniciativa é uma tentativa de sensibilizar os parlamentares e a opinião pública para as dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas. "É uma forma de fazermos frente a essa organização poderosa do agronegócio, da bancada ruralista, que estão articulados e que, com uma emenda parlamentar daqui, outra dali, está empurrando cada vez mais essas comunidades para debaixo do tapete", afirmou Dirce.

Ela explicou que o encontro de hoje é consequência de um projeto que a ONG desenvolve há três anos em aldeias sul-mato-grossenses. "Esperamos que as crianças sejam não apenas ouvidas, mas atendidas, pois o que tem ocorrido é um desgaste muito grande no movimento indígena, já que as respostas dos governantes se repetem. Na prática, porém, há uma dificuldade muito grande de avançarmos", acrescentou Dirce.



Aumentam as doenças crônicas entre indígenas do Xingu

SÍTIO DIARIODOVALE, 26.08.2013

Entre os fatores que vêm transformando o panorama entre os índios estão maior proximidade a centros urbanos, com a incorporação de novos hábitos e costumes

Por Noêmia Lopes, da Agência Fapesp, via Adital

Malária, infecções respiratórias e diarreias eram as principais causas de morte no Parque Indígena do Xingu (PIX), no Mato Grosso, em 1965 – época em que a Escola Paulista de Medicina (EPM), atualmente parte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), passou a responder pela saúde dos povos indígenas que lá vivem.

Hoje, a malária está sob controle e, embora as doenças infecciosas e parasitárias ainda sejam relevantes em termos de mortalidade, são os males crônicos não transmissíveis, como hipertensão, intolerância à glicose e dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue), que estão em crescimento.

Conhecendo esse panorama, pesquisadores da EPM/Unifesp examinaram e entrevistaram 179 índios Khisêdjê, moradores da área central do parque do Xingu, no Mato Grosso, entre 2010 e 2011.

A análise dos resultados mostrou uma prevalência de hipertensão arterial de 10,3% em ambos os sexos, sendo que 18,7% das mulheres e 53% dos homens apresentaram níveis de pressão arterial considerados preocupantes.

“Para valores de pressão arterial iguais ou maiores a 140/90 mmHg como indicativos da presença de hipertensão arterial, pesquisas encontraram prevalências entre 22,3% e 43,9% na população geral do Brasil”, disse Suely Godoy Agostinho Gimeno, coordenadora do estudo com os Khisêdjê e pesquisadora do Departamento de Medicina Preventiva da EPM/Unifesp e do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo.

O estudo com os Khisêdjê foi realizado com apoio da FAPESP e do Projeto Xingu, iniciativa da Unidade de Saúde e Ambiente do Departamento de Medicina Preventiva da EPM/Unifesp. Os Khisêdjê ainda não estão tão hipertensos como os demais brasileiros, mas o cenário é delicado, uma vez que tal condição era inexistente ou rara nas aldeias brasileiras até décadas atrás.

Pesquisadores da EPM/Unifesp examinaram e entrevistaram 179 índios Khisêdjê, moradores da área central do parque do Xingu, no Mato Grosso, entre 2010 e 2011 (Foto Funai)

Já a intolerância à glicose foi identificada em 30,5% das mulheres (6,9% do total com diabetes
CONT.



mellitus) e em 17% dos homens (2% do total com diabetes mellitus). E a dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue) apareceu em 84,4% dos participantes dos dois sexos.

“Examinamos os Khisêdjê anteriormente, entre 1999 e 2000. Comparando os dados daquela época com os mais recentes, percebemos um aumento significativo de todas essas doenças crônicas não transmissíveis. Outras pesquisas revelam que o mesmo aumento se aplica aos demais povos indígenas do Xingu e de outras áreas do país”, disse Gimeno.

De acordo com a pesquisadora, entre os fatores que vêm transformando o panorama entre os índios estão maior proximidade com os centros urbanos e intensificação do contato com a sociedade não indígena, com a incorporação de novos hábitos e costumes; aumento do número de indivíduos que exercem atividade profissional remunerada, abandonando práticas de subsistência tradicionais como agricultura, caça e pesca; e maior acesso a produtos e bens de consumo, como alimentos industrializados, eletroeletrônicos e motor de barcos (o que dispensa a necessidade de remar).

Os resultados foram informados aos Khisêdjê, individualmente e em grupo, e a equipe de saúde da Unifesp acompanha os casos que precisam de amparo médico.

Ainda assim, o quadro preocupa os pesquisadores, uma vez que o controle das doenças requer condições nem sempre disponíveis nas aldeias, como refrigeração (no caso da insulina), controle da dose e do horário dos medicamentos, controle regular da glicemia e da pressão arterial. Segundo Gimeno, “o estímulo e a garantia da preservação dos hábitos e costumes desses povos seriam medidas preventivas de grande valia”.

Excesso de peso

A coleta de dados para traçar o perfil nutricional e metabólico dos Khisêdjê foi realizada em diferentes períodos de 2010 e 2011, quando os pesquisadores passavam de 15 a 20 dias na aldeia principal desse povo, chamada Ngojwere.

As informações levantadas incluíram perímetros de braços, cintura e quadril; peso; altura; composição corporal (água, massa magra e massa gordurosa); pressão arterial; perfil bioquímico (por exames como o de glicemia); aptidão física; condição socioeconômica; consumo de alimentos e práticas agrícolas.

Outro resultado obtido por meio dessa análise foi a prevalência de excesso de peso (de sobrepeso ou de obesidade): 36% entre as mulheres e 56,8% entre os homens. “Contudo, observamos que, particularmente entre os homens, tal prevalência se deve a uma maior quantidade de massa muscular e não de tecido gorduroso. Esse dado sugere que, para a população em questão, os critérios de identificação do excesso de peso não são adequados, uma vez que os indivíduos são musculosos, não obesos”, disse Gimeno.

A conclusão, de acordo com a pesquisadora, é corroborada pelos testes de aptidão física. “A maioria dos valores revela força muscular nos membros inferiores, resistência muscular nos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

membros superiores e no abdômen, flexibilidade e capacidade cardiorrespiratória. Comparados aos não indígenas, os Khisêdjê têm perfil ativo ou muito ativo, contrariando a ideia de que um possível sedentarismo estaria associado às doenças investigadas”, disse.

Uma hipótese (não comprovada empiricamente) que poderia explicar a controvérsia é a de que, no passado, esses índios teriam sido ainda muito mais ativos do que na atualidade. E a possível redução na atividade física habitual teria, então, relação com os males crônicos.



Jogos dos Povos Indígenas aplicam ciência tradicional ao esporte

SÍTIO JORNAL BRASIL, 23.10.2013

Desde 1996, os Jogos dos Povos Indígenas reúnem etnias de todo o Brasil para celebrar suas tradições por meio do esporte. Um dos organizadores do evento, Carlos Justino Terena, abordou o assunto em palestra para alunos do 5º ano do ensino fundamental do Serviço Social do Comércio (Sesc) de Ceilândia, nesta terça-feira (22), na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) 2013.

As diferenças entre os Jogos Indígenas e o esporte de alto rendimento começam na filosofia de disputa. "Para nós, o mais importante não é ganhar, não é levar vantagem", disse Terena. "Nossa prioridade é a celebração da família, o encontro, a alegria, a dança, o canto e também os jogos em si".

Segundo o organizador, boa parte das modalidades sequer envolve etnias distintas, apenas indivíduos de um mesmo povo. São os jogos demonstrativos tradicionais, como lutas corporais e o futebol de cabeça (jikunahati).

Índios de origens diversas se enfrentam nos jogos nativos de integração – arco e flecha, arremesso de lanças, canoagem, cabo de força, corrida de tora, provas de velocidade e resistência e natação de travessia em águas abertas.

Além das modalidades demonstrativas e nativas de integração, os povos disputam partidas de futebol, classificadas como "jogos ocidentais". Realizam-se torneios femininos e masculinos. "A duração é de meia hora, com dois tempos de 15 minutos, a opção de usar ou não chuteira e a presença de juiz, figura ausente das provas tradicionais, assim como o relógio", explicou Terena.

Outra característica marcante dos Jogos Indígenas é a inexistência de pódio ou destaque para os vencedores das competições. "Não estamos buscando campeões", enfatizou o organizador. "Estamos buscando dignidade para o ser humano indígena. Todos os participantes ganham medalha".

Para o estudante Eduardo Caetano, de 10 anos, os Jogos ajudam a recuperar a cultura dos povos indígenas e servem de lição ao homem branco. "Eles não são como nós que, mesmo competindo com juiz, às vezes apelamos", disse após a palestra, em entrevista ao programa de rádio SemanaCT.

Natureza

Todos os materiais utilizados nas provas demonstrativas e de integração têm fabricação indígena, a partir de substâncias encontradas na floresta. Cada povo leva, por exemplo, suas

CONT.



flechas e seus remos. Bolas são feitas de resina vegetal e até o fogo que acende a tocha em homenagem ao evento é obtido por técnicas milenares, como o atrito de pedras e a fricção de paus.

A próxima edição, a 12ª, acontece de 8 a 16 de novembro, em Cuiabá. Segundo Terena, a organização deve reservar três ou quatro dias para as etnias fabricarem seus utensílios. "A gente quer observar essas práticas e entender como é a tecnologia de cada povo. Sabemos que um pessoal do Xingu usa um tipo de folha em uma das fases da produção da bola, para que ela fique maior. Já outros povos utilizam uma resina que deixa o material mais pesado".

O período de realização dos jogos, sempre no segundo semestre, também segue preceitos tradicionais de sustentabilidade, uma vez que as arenas costumam ser montadas em matas próximas às cidades-sede. As competições acompanham o início da estação chuvosa, para facilitar o reflorestamento.

"Quando a gente começa a montar os Jogos, em qualquer lugar do Brasil, escolhe um lugar ermo, no meio do mato, digamos assim, e leva um pajé para olhar se realmente pode ser ali", contou Terena. "Antes de desmatar, a gente pede licença à natureza para usar aquele lugar, que não é nosso, mas do passarinho, do tiú, da cobra, da minhoca, da formiga." Ao final das disputas, cada etnia participante planta uma árvore de uma espécie nativa.

Por motivos culturais, as competições acontecem em dias e noites de lua crescente. "Os Jogos são bons para nós e para o branco, porque esse tipo de demonstração precisa entrar no coração da pessoa", afirmou. "Por que realizamos na cidade e não na aldeia? Porque queremos mostrar ao branco quem somos nós. A partir do momento que você conhece, passa a respeitar."

Organizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, os Jogos têm apoio do Ministério do Esporte. A 12ª edição ocorre em um jardim botânico de Cuiabá, com previsão de 1.600 índios de 48 etnias nacionais e 16 etnias estrangeiras. Segundo Terena, discute-se a criação de um evento mundial.

Fonte: Ascom do MCTI

Cacicas baianas e SPM tratam de demandas das indígenas em roda de conversa

SÍTIO SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 23.10.2013

O diálogo sobre políticas públicas aconteceu durante etapa preparatória para a Conferência Nacional de Saúde Indígena, em Salvador



Cacicas e outras lideranças indígenas dos povos Pankararé, Kiriri, Tumbalalá, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, entre outras etnias, participaram de roda de conversa com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) em Salvador. A conversa aconteceu no dia 14/10, durante a etapa distrital baiana que antecedeu a Conferência Nacional de Saúde Indígena. O encontro entre o órgão do governo federal e as mulheres resultou na identificação de demandas comuns às etnias presentes.

Em conversa com a coordenadora-geral de Diversidade da SPM, Lurdinha Rodrigues, as mulheres apontaram a necessidade de apoio para a articulação de oficinas de elaboração de projetos nas aldeias, para fortalecer suas lutas e organização. Houve indicação de que é necessário ampliar o acesso a programas de saúde da mulher, planejamento familiar e prevenção ao câncer de mama. E que sejam flexibilizadas regras sobre processos seletivos, como a aceitação de projetos manuscritos ou em áudio, a exemplo do Prêmio Cultura Indígena, do Ministério da Cultura (MinC).

O diálogo sobre políticas públicas para as mulheres, na perspectiva das mulheres indígenas, também possibilitou a troca de experiências entre as mulheres indígenas e a SPM.

A cacica Maria das Dores, que também é presidenta do Conselho de Caciques da região de Porto Seguro e integra o Conselho de Saúde Indígena local, reconheceu, por exemplo, que “ser mãe e ser cacica é um desafio muito grande. Ficamos na mira dos proprietários, mas nos sentimos homenageadas em ter uma mulher governando o Brasil e nós governando nossas aldeias. Nossas mulheres estão procurando formas de participar, desenvolvendo seus trabalhos. É um desafio que a mulher indígena hoje atravessou”.

Aldeias – Outro relato, feito por Rosineide (Nininha), cacica dos Pankararés, que também é conselheira local de saúde indígena, indica confiança nos resultados da etapa nacional: “Nesta conferência vamos aprovar as propostas para melhorar a saúde nas nossas aldeias”. Esse também é o desejo de Maria Vicentina Silva Pankararé, a cacica Senhora, presidenta da Associação Comunitária de Aldeia Serrota.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

Ancestralidade – A cacica Isa, da aldeia Caramuru Catarina Paraguassu, expressou o orgulho por sua formação com os “velhos” em medicina natural, contou de sua emoção quando convidada pelos anciões para a atividade da cacicada, enfrentando o preconceito e o machismo dentro da aldeia.

CONT.

A roda de conversas contou ainda com a participação de Maria José, Pataxó Hã,Hã,Hãe, de Pau Brasil; Maria Kiriri, cacica há 24 anos, coordenadora do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA) e conselheira de saúde municipal; e Almerinda, Cacica Socorro, presidenta do conselho de saúde indígena local. Também contribuíram para o diálogo, as lideranças indígenas como Zidare Kinani Pankararú, Marina Márcia, Carliusa Kiriri do Muken, Socorrinha Tumbalalá e Luzia Pataxó, de Coroa Vermelha.

Comunicação Social

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM
Presidência da República – PR



Portaria da AGU sobre demarcações indígenas voltará a valer, diz Adams
SÍTIO G1, 23.10.2013

*Ato será retomado após STF publicar decisão sobre Raposa Serra do Sol.
Documento orienta atuação do governo em disputas judiciais sobre terras.*

O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, informou nesta quarta-feira (23) que o órgão vai retomar a validade de uma portaria interna que orienta os advogados públicos em processos judiciais envolvendo a demarcação de terras indígenas. Editada no ano passado, o ato usa como referência critérios definidos em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal para a demarcação de Raposa Serra do Sol (RR).

O ato, no entanto, havia sido suspenso, à espera de nova decisão do tribunal sobre recursos contra a demarcação da terra indígena localizada em Roraima. Nesta quarta, ao julgar os recursos, a corte confirmou a validade dos critérios aplicados especificamente em Raposa Serra do Sol.

"[A decisão] reforça a portaria da AGU. O que a portaria é, é uma orientação técnica do advogado-geral à área jurídica dizendo que, na interpretação da norma constitucional, na aplicação da norma constitucional, nós temos que observar as condicionantes. Então, em todos os casos que venham à análise do advogado-geral, ou do advogado público ou do procurador, ao atuar nos casos, eles têm que observar o precedente, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, aliás, é a regra geral. Nós fazemos isso em todos os casos", explicou Adams.

Segundo a assessoria da AGU, a Portaria 303/12 passará a valer novamente assim que o acórdão da decisão do Supremo for publicado. Como o ato que a suspendeu determina que a portaria perderia validade até o fim do julgamento no STF, não é necessário publicar um novo ato para que ela volte a valer.

Em 2009, quando a ação sobre Raposa Serra do Sol foi julgada, o tribunal estabeleceu 19 condicionantes a serem verificadas em todas as terras indígenas demarcadas no território nacional, entre as quais a que autoriza intervenções de interesse da Política de Defesa Nacional na terra indígena e a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal sem prévia consulta aos índios ou à Fundação Nacional do Índio (Funai).

No julgamento desta quarta, no entanto, a maioria dos ministros decidiu que o entendimento sobre Raposa Serra do Sol não tem efeito vinculante, ou seja, não precisa ser automaticamente aplicado por outros tribunais, cabendo a cada juiz avaliar caso a caso.

Portaria

A portaria 303/2012 regulamenta a atuação dos advogados públicos e procuradores em processos judiciais envolvendo a demarcação de terras indígenas em todo o país. Segundo a
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

AGU, o objetivo da publicação é assegurar a estabilidade jurídica em ações sobre o tema.

A Portaria ressalta que a União está autorizada a instalar equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos pelo Estado, especialmente os de saúde e educação, dentro das reservas. No entanto, não afasta e nem impede que seja feita consulta prévia às comunidades sobre o assunto.

Mundurukus debateram pertinência de planejamento coletivo que também contemple temas transversais como saúde e educação

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.10.2013



Evento contou com a participação de representantes Munduruku

Foi realizado, nos dias 9 e 10 de outubro, na aldeia de Sai-Cinza, município de Jacareacanga/PA, o Seminário Geral de Mobilização e Planejamento para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas Munduruku e Sai-Cinza. O evento teve como objetivo discutir a viabilidade de construção de um PGTA para as TIs do povo Munduruku, no Alto Rio Tapajós, bem como organizar a agenda futura de atividades. Na língua, os Munduruku batizaram o PGTA de Wuyeipi wuyxi ibuyxiat, que significa "Nossa terra, nossa mãe, devemos respeitá-la".

O seminário representou o fechamento das atividades da etapa de mobilização, que começou em novembro de 2011 e se estendeu ao longo de 2012, quando foram realizadas quatro oficinas regionais em diferentes aldeias, nas TIs Munduruku e Sai-Cinza, com envolvimento de mais de 300 indígenas.

Os Munduruku debateram a pertinência em elaborar um planejamento coletivo que trate das questões territoriais e ambientais, sem deixar de lado temas transversais como saúde e educação. Foi unanimidade entre os Munduruku, ao longo do seminário, a concepção de que os conhecimentos tradicionais devem ser compreendidos de forma integrada, enfatizando que cultura e meio ambiente andam juntos e a vida de um é condição de existência do outro.

Após decisão em plenária sobre a continuidade do PGTA, passou-se para o planejamento da etapa de elaboração. Pactuaram-se as seguintes atividades: capacitação em legislação voltada para a dimensão da gestão de seus territórios, com ênfase na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); e capacitação em cartografia e manuseio de GPS, tendo como perspectiva as oficinas de etnomapeamento e planejamento.

As capacitações estarão no escopo dos planos de ensino em agroecologia do Projeto de Educação em Nível Médio Profissionalizante Ibaorebu, realizado pelas organizações indígenas em parceria com a Funai. Esta ação evidencia o esforço institucional em garantir a execução dos direitos indígenas em sua dimensão mais estruturante, articulando políticas intersetoriais.

O evento contou com a participação de representantes Munduruku de todas as regiões das TIs Munduruku e Sai-Cinza e indígenas residentes na sede do município de Jacareacanga. Entre eles pajés, lideranças das aldeias, vereadores, professores indígenas, agentes de saúde, agentes de saneamento e lideranças das associações Pusuru, Wyxaximã e Kerepo.

Também estiveram presentes convidados das seguintes instituições: Funai, Empresa de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

Assistência Técnica e Extensão Rural no Pará (Emater/PA), Distrito Sanitário Especial Indígena no Tapajós, The Nature Conservancy (TNC), Secretaria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Jacareacanga, Missão Batista e Conselho Distrital de Saúde Indígena.

Participaram, pela Funai, representantes da Coordenação Regional de Itaituba, da Coordenação Técnica Local de Jacareacanga e das Coordenações Gerais de Promoção a Cidadania (CGPC), de Monitoramento Territorial (CGMT), Etnodesenvolvimento (CGETNO) e Gestão Ambiental (CGAM).

PGTAs

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de terras indígenas são importantes ferramentas para a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Eles devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas nos processos de negociação e no estabelecimento de acordos internos e externos, que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como servir de subsídio que oriente a execução de políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio

Alunos da Escola Indígena Estadual Karai Kuery Renda visitam o Jardim Zoológico
SÍTIO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 23.10.2013

Passeio contou com a presença de cerca de 50 estudantes



Ao ver o chimpanzé em cima do tronco da árvore, Celina Alves não conseguiu esconder a surpresa e a euforia. Afinal, aquela era a primeira vez em que a aluna do Programa Brasil Alfabetizado, de 21 anos, visitava o Jardim Zoológico do Rio. Assim como ela, outros alunos da Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda (incluindo estudantes do Ensino Fundamental – séries iniciais), em Angra dos Reis, também desfrutaram do passeio, nesta quarta-feira (23/10).

- Estou muito feliz. Vemos muitos desses animais somente na televisão – disse Celina

Alves, que teve sua declaração traduzida por Alessandro Mimbi, professor do programa.

Para a diretora-geral da unidade escolar, Juliana Goulart, essa foi uma oportunidade de os alunos vivenciarem o que estudaram em sala de aula.

- Eles já têm um contato enorme com a natureza, mas aqui é diferente, é um outro olhar. Essa experiência vai ajudar bastante nas aulas de Ciências – explicou Juliana.

Quem também destacou a importância do passeio foi a gestora do programa Brasil Alfabetizado, Lidia Sousa.

- Hoje, a gerência do programa compartilhou com os alunos a concretização de um sonho, vivenciando os saberes de sala de aula - disse Lidia.

De acordo com a gestora, a Seeduc aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado em parceria com Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O atendimento é para jovens e adultos analfabetos e analfabetos funcionais, voltado para aldeias indígenas, comunidades remanescentes de quilombo, comunidades em territórios pacificados e para o sistema prisional. A alfabetização respeita a cultura indígena e é bilíngue, em Português e Guarani.

Aprovado projeto que reestrutura carreira de professor indígena

SÍTIO DE OLHO NA CIDADE, 23.10.2013

Segundo o deputado estadual Bira Corôa, relator do projeto, essa é uma grande conquista para a população indígena, além de valorização e reconhecimento por parte do Governo do Estado.



O projeto de lei que reestrutura a carreira de professor indígena, no Grupo Ocupacional da Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia foi aprovado, nesta terça-feira (22), pela Assembleia Legislativa da Bahia, por votação quase que unânime da bancada do governo e da oposição.

Segundo o deputado estadual Bira Corôa, relator do projeto, essa é uma grande conquista para a população indígena, além de valorização e reconhecimento por parte do Governo do Estado. Para o deputado, a importância deste Projeto de Lei

é a regulamentação da carreira, criando faixas salariais e proporcionando que o educador indígena do ensino fundamental e médio tenham salários equiparados com aqueles praticados em toda estrutura de educação da Bahia.

“Posso assegurar que esse ato de hoje vai elevar o nosso Estado a um conceito ímpar no país em relação ao respeito e valorização às culturas e tradições dos índios, porque o educador indígena tem como propósito perpetuar o seu idioma e também assegurar os seus padrões culturais. E isso é preservar, sem dúvida alguma, uma raça, é preservar a sua origem,” pontou o Bira Corôa.

Projeto

O PL nº 20.478/2013 – que altera Projeto de Lei nº 12.046, de 4 de janeiro de 2011 - visa reestruturar a carreira de professor indígena, “de modo a garantir a estes servidores os mesmos direitos atribuídos aos demais professores do sistema de ensino, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional”.

O projeto ressalta ainda que “com esta medida, o Governo do Estado está ratificando o compromisso assumido junto às comunidades indígenas de promover uma educação diferenciada, adequada às suas particularidades linguísticas e culturais e compatível com os seus costumes.”

As informações são da Ascom/Assem.Legislativa

Aldeia dos Jogos Indígenas 2013 é erguida no Jardim Botânico de Cuiabá

SÍTIO JORNAL BRASIL, 23.10.2013



Está sendo erguida no Jardim Botânico de Cuiabá, capital do Mato Grosso, a aldeia da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. A obra é coordenada pela Secretaria Estadual de Esportes e Lazer (Seel), que providenciou nos últimos dias a limpeza e a demarcação das infraestruturas necessárias à realização do evento, marcado para o período de 8 a 16 de novembro. Já é possível identificar a arquitetura de instalações como a Ocara, espécie de complexo habitacional indígena que reúne cerca de 40 ocas. Nelas ficarão alojadas as delegações de indígenas representantes de 48 etnias brasileiras.

“Nossa perspectiva é de que no próximo dia 30 esteja quase tudo pronto”, prevê Ananias Filho, secretário de Esportes e Lazer do Mato Grosso. Ele informa que as palhas para a cobertura das ocas do alojamento e das demais instalações dos Jogos Indígenas começaram a chegar na segunda-feira (21.10). “São palhas de palmeiras bacuri e buriti que estão vindo de um sítio distante 60 quilômetros de Cuiabá”, revelou. Também está avançada a obra do refeitório.

Cerca de 50 homens trabalham no local. O coordenador-geral de Esporte Indígena do Ministério do Esporte, Rivelino Macuxí, e o diretor do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), Marcos Terena, inspecionam as obras da aldeia no Jardim Botânico de Cuiabá.

Macuxí e Terena examinarão a agenda de visitação dos estudantes de escolas estaduais e municipais durante os Jogos. Eles também verificarão questões como o cronograma de atendimento nas áreas de segurança e de saúde durante o evento.

A infraestrutura da aldeia do maior evento intertribal do Brasil tem como base a arquitetura indígena, com conceito sustentável. A matéria-prima é reciclada, e as madeiras utilizadas são certificadas (de manejo). O complexo inclui a arena dos jogos, Ocas da Sabedoria, Digital e da Literatura, alojamento das delegações, feira de artesanato, restaurante e banheiros.

Edição recordista

Os Jogos dos Povos Indígenas terão este ano recorde de participação. São esperados 1.600 pessoas de 48 etnias nacionais, além de 32 lideranças indígenas representando 16 países. As lideranças internacionais participam do Caucus Indígenas, onde serão planejados, entre outras ações, os Jogos Mundiais Indígenas de 2015.

Durante os 10 dias do evento, os guerreiros-atletas estarão focados nas competições

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

esportivas. São nove modalidades: canoagem, arco e flecha, cabo de força, arremesso de lança, corrida de 100 metros, corrida de fundo, corrida de tora, natação/travessia e futebol (masculino e feminino). As disputas serão realizadas das 9h às 13h e após as 16h. A proposta é que seja apresentado, no início das atividades, um show cultural indígena e cuiabano, assim como ao fim do dia.

É na arena que o público visitante, moradores e estudantes poderão conferir de perto a demonstração de diversos esportes tradicionais, como corrida de tora e zarabatana, além de lutas corporais.

Foto: Francisco Medeiros/ME

Fonte: Ascom – Ministério do Esporte



Justiça manda Funai concluir estudo para ampliar área indígena em MT
SÍTIO ARENÁPOLIS NEWS, 23.10.2013

Índios Enawenê Nawê cobram inclusão de área à reserva demarcada. MPF apontou morosidade da Funai em processo de revisão das terras

A Fundação Nacional do Índio (Funai) recebeu prazo de um mês da Justiça para concluir o estudo a respeito da possibilidade de ampliação da área demarcada dos índios Enawenê Nawê, em Mato Grosso. O prazo foi determinado após o Ministério Público Federal (MPF) apontar morosidade da Funai no processo de revisão da reserva, para a qual os índios cobram a anexação de um trecho não demarcado. A Funai informou que só deve se pronunciar a respeito depois de ser intimada da decisão. A liminar, do último dia 18 e divulgada apenas nesta semana, foi provocada por ação civil pública do MPF 13 anos após a demarcação da Terra Indígena Enawenê Nawê. Os estudos cobrados da Funai são essenciais para a revisão da área demarcada, no sentido de incluir a parte pleiteada pelos índios.

Enawenê nawê mostra barragens de pesca. (Foto: Vincent Carelli/Vídeo nas Aldeias/Divulgação) Trata-se da região do Rio Preto, localizada nos atuais limites da terra indígena. Estudos antropológicos teriam atestado a ocupação tradicional dos Enawenê sobre o trecho, mas teriam sido ignorados no processo de demarcação. Hoje, enquanto os índios insistem na expansão do território, a região do Rio Preto vem sofrendo degradação devido às atividades garimpeiras, como apontou o juiz federal Fábio Fiorenza na decisão liminar. No local, a extração mineral tem sido realizada com uso de substâncias tóxicas. Além disso, está em curso a construção de pequenas centrais hidrelétricas ao longo do curso do Rio Preto. Procurada, a Funai informou à reportagem que ainda não foi intimada da decisão e que só depois deverá se pronunciar a respeito do caso. Os Enawenê Nawê possuem uma área restrita de ocupação no território de Mato Grosso, limitando-se às proximidades do rio Juruena e seus afluentes, na região noroeste do estado. Segundo o último levantamento populacional, feito pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2010, a etnia consistia em 566 pessoas.

Fonte: Terra



Campanha Dourados Rosa leva exames a mulheres indígenas

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 23.10.2013

O mutirão do ônibus do Hospital do Câncer de Barretos chegou à Reserva Indígena de Dourados na terça-feira. No posto de saúde da aldeia Jaguapiru foram realizados 110 exames preventivos do câncer de colo do útero e mamografias em mulheres índias. A atividade faz parte das ações realizadas pela Rede Feminina de Combate ao Câncer e Prefeitura durante a campanha Dourados Rosa.

Para a índia kaiowá Norcilha Peixoto, 46, as atividades geraram expectativa na comunidade. "Eu achei essa ação muito boa, porque é um jeito da gente fazer todos os exames que precisa", disse ela, que foi atendida no ônibus.

Nas aldeias, o atendimento da saúde é de responsabilidade da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) do governo federal, que apoiou as ações do Dourados Rosa. A equipe de saúde da secretaria rastreou as mulheres que precisavam fazer o exame com mais urgência para levar até o atendimento.

Segundo a coordenadora técnica das equipes multidisciplinares da Sesai, Liliene Ferreira da Silva, ainda há uma resistência por parte das mulheres indígenas com relação à importância da realização do exame, o que resulta no diagnóstico tardio da doença. "Os trabalhos de conscientização ainda são relativamente recentes nas aldeias, então nos vemos a mudança gradativamente", disse ela.

De acordo com dados da Sesai, foram 16 novos casos de câncer de colo de útero descobertos nas aldeias nos últimos seis anos. Neste mesmo período, sete índias morreram com a doença, muitas vezes descoberta somente após o óbito.

Para a coordenadora, as ações da Dourados Rosa vêm para somar ao trabalho desenvolvido nas aldeias. Conforme a secretaria, foram 875 preventivos realizados nos postos de saúde da reserva até setembro. Ainda foram encaminhadas neste período 40 índias para fazer mamografia. Não foram registrados quaisquer casos de câncer de mama em indígenas nos últimos seis anos.

A ação na Reserva de Dourados estava marcada para ocorrer no Cras (Centro de Referência em Assistência Social) da Aldeia Bororó. A troca de local foi devido à dificuldade de acesso do ônibus ao prédio. As mulheres que compareceram no Cras foram levadas até o posto de saúde da aldeia Jaguapiru.

DOURADOS ROSA

Nesta quinta-feira o mutirão vai para a unidade de saúde da Seleta e na sexta-feira no CSU (Centro Social Urbano) do Jardim Água Boa. O trabalho recebeu nesta quinta o reforço da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

carreta do Hospital do Câncer de Barretos, equipada com dois mamógrafos.

A Secretaria de Saúde alerta às mulheres que vão participar dos mutirões que é imprescindível a apresentação de documentos pessoais. A orientação é para que levem RG, CPF, comprovante de residência e cartão SUS e uma cópia de cada documento.

“A apresentação dos documentos é essencial para o atendimento, tanto no caminhão quanto nos postos de saúde e no CAM. Independente se elas vão fazer o preventivo ou a mamografia, todas devem levar”, alertou Cristiane Kruger, coordenadora do Núcleo de Ações Programáticas da Secretaria de Saúde.



As cotas e o Enem: 56% dos inscritos em 2013 são negros ou indígenas

SÍTIO A NOTÍCIA MT, 23.00.2013

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que serão aplicadas neste sábado e domingo para 7,1 milhões de pessoas, mostram que aumentou o perfil de estudantes que podem ser beneficiados pela Lei de Cotas. Em 2012, primeira edição do exame após a implementação da reserva de vagas nas universidades federais por critérios sociais e raciais, foram 3,13 milhões de candidatos que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. Este ano, o número de negros e indígenas cresceu em quase 1 milhão, chegando à marca de 4,05 milhões de pessoas, o que corresponde a 56,4% do total de inscritos.

O percentual é superior à média para a população brasileira, que é de 51%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), são 3,11 milhões de pardos, 891.887 pretos e pouco mais de 46 mil indígenas. O total de brancos chegou a 2,84 milhões e o número de pessoas que se autodeclararam amarelas (orientais) atingiu 159,6 mil. Outros 123,9 inscritos não informaram a cor no momento da inscrição.

Ao apresentar os resultados após um ano da implementação da Lei de Cotas em agosto deste ano, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, classificou como "fantástica" a evolução do número de candidatos negros e indígenas no Enem. "Há uma demanda reprimida pela exclusão, mas eles estão chegando para mudar a história do ensino superior", afirmou na ocasião.

A Lei de Cotas, que entrou em vigor em agosto do ano passado, prevê que as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, com distribuição proporcional das vagas entre pretos, pardos e indígenas. A lei determina ainda que metade das vagas reservadas às cotas sociais - 25% do total da oferta - sejam preenchidas por alunos que venham de famílias com renda de até um salário mínimo e meio per capita. As instituições têm quatro anos para se adequar à norma.

Cotas beneficiam candidatos do Sisu

Apesar de ter preenchido um questionário no momento da inscrição, os critérios sociais e raciais não são exigidos para o Enem, e sim depois, quando o candidato vai tentar uma vaga nas instituições federais por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que usa a nota do exame nacional.

No momento da inscrição no Sisu, o estudante deve informar a que grupo pertence. Os alunos de escolas públicas são divididos em dois grupos, segundo a renda familiar: menor ou maior que 1,5 salário mínimo por pessoa. Esses grupos são separados em mais dois subgrupos, de acordo com a autodeclaração do candidato da cor da pele: os que são pretos, pardos ou

CONT.



indígenas e os demais.

Caso não haja aprovados suficientes para preencher as vagas destinadas a algum dos subgrupos previstos, elas poderão ser oferecidas aos demais subgrupos, na seguinte ordem de prioridade: primeiro, ao que possui a mesma faixa de renda, depois, a qualquer renda, priorizando os pretos, pardos e indígenas. Se o preenchimento não se der mesmo assim, as vagas são disponibilizadas aos demais candidatos.



Direito dos quilombolas à terra que ocupam é aprovado pela CDH

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 23.10.2013

O direito dos remanescentes das comunidades quilombolas à terra que ocupam foi aprovado nesta quarta-feira (23) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto de lei do Senado (PLS) 418/2012, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), inclui no Estatuto da Igualdade Racial um capítulo sobre os direitos dos quilombolas. A proposta segue agora para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

O autor da proposta disse que a questão da terra dos remanescentes de quilombos estava no projeto original do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12288/2010), mas acabou sendo deixado de fora da lei pela polêmica suscitada no debate do texto.

“O futuro chegou. E esta Casa legislativa não pode furtar-se a dar continuidade aos debates em benefício de uma parcela da população já bastante marginalizada. Nós, legisladores, estamos em dívida com as comunidades quilombolas”, afirmou Paim.

O projeto define os remanescentes das comunidades de quilombos e as terras ocupadas por eles. Além disso, trata do reconhecimento, demarcação e titulação das terras, o que atualmente é regido pelo Decreto Federal 4887/2003. No entanto, para o autor, a regulamentação não tem a mesma estabilidade que a lei ordinária pode oferecer.

O texto foi aprovado com relatório favorável do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Para ele, o Senado tem uma oportunidade de aprimorar o Estatuto da Igualdade Racial e avançar na garantia dos direitos dos quilombolas.

Marília Coêlho, Rodrigo Baptista
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Programa apoia comunidades quilombolas do São Francisco

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.10.2013

Representantes de associações e comitês locais participarão de seminário que será promovido dia 24, em Salgueiro (PE)

O Ministério da Integração Nacional vai promover, nesta quinta-feira (24), em Salgueiro (PE), o seminário "Comunidades quilombolas e o Projeto São Francisco: construindo soluções e apontando caminhos". O evento integra o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas - um dos 38 Programas Ambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco -, que tem os objetivos de apoiar o processo de reconhecimento e territorialização, promover melhoria na qualidade de vida e fortalecer o desenvolvimento dos processos produtivos das 12 comunidades quilombolas assistidas pelo empreendimento.

Para o seminário, são esperados cerca de 190 participantes, entre representantes de associações e comitês locais das comunidades quilombolas localizadas nos municípios pernambucanos de Cabrobó, Mirandiba e Salgueiro. O evento marcará o encerramento do Programa Integrado de Capacitações, organizado nas comunidades quilombolas buscando promover um processo de formação continuada e contribuindo para a autonomia e organização socioeconômica e ambiental das comunidades.

Durante as capacitações, foram desenvolvidas atividades como oficinas temáticas nas áreas de organização social, incentivo ao empreendedorismo e busca de parcerias, bem como ações produtivas de agricultura orgânica e agroflorestal, criação de animais de pequeno médio porte, apicultura, beneficiamento de frutas e gestão integrada de resíduos sólidos.

Conhecimento e empreendedorismo

Além do estímulo ao cultivo de espécies mais adequadas para a região, as oficinas promovidas pelo Projeto São Francisco, iniciadas em agosto de 2011, possibilitaram aos pequenos produtores quilombolas melhores condições para competir no mercado e obter financiamentos.

Os resultados já são visíveis e têm contribuído para uma maior organização social, fiscal e administrativa das comunidades. Essa população está cada vez mais empreendedora e voltada à aplicação de ações produtivas como o manejo de animais de pequeno porte, agricultura orgânica, gestão integrada de resíduos sólidos e beneficiamento de frutas.

Compensação Ambiental

As atividades para o desenvolvimento das comunidades quilombolas integram os 38 planos e programas ambientais desenvolvidos pelo Ministério da Integração Nacional com vistas à minimização, à compensação e ao controle dos impactos ambientais provocados pela

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

implantação e operação do Projeto São Francisco. Ao todo, os recursos para a compensação ambiental somam cerca de R\$ 1 bilhão e vão trazer benefícios econômicos, sociais, científicos e ecológicos para as localidades da área de abrangência do empreendimento.

Em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o ministério investe na melhoria das condições de moradia dos quilombolas. Para isso, está prevista a construção de 328 casas. Até o momento, 228 famílias já trocaram as antigas moradias de taipa por outras de alvenaria. Dessas, 106 estão em Salgueiro, 47 em Mirandiba, 44 em Custódia e 31 em Cabrobó, municípios pernambucanos. Outras 18 casas estão em construção.

Fonte:

Ministério da Integração



Encontro da Juventude Quilombola do Paraná

SÍTIO APP SINDICATO, 23.10.2013

Encontro acontece em Guarapuava nos dias 25, 26 e 27 de outubro

Acontece de 25 a 27 de outubro, na Escola Rural Municipal Professor Maack (BR-277, em frente ao Posto Napoleão), em Guarapuava, o Encontro Estadual da Juventude Quilombola do Paraná, promovida pela Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui) com apoio da APP-Sindicato.

A abertura oficial será na sexta-feira às 19h e, para o sábado, estão previstas oficinas temáticas rotativas, sobre juventude quilombola e saúde, educação, comunicação e desenvolvimento sustentável.

Também estão previstas oficinas com os temas juventude e controle social e juventude e participação.

No sábado à noite acontece o lançamento da Cartilha Jovem Quilombola Saudável. No domingo, acontece das 9h às 12h, a mesa-redonda "Território e Territorialidades, daqui e de lá". Já para a tarde do último dia estão previstas as apresentações dos trabalhos das oficinas e a avaliação do encontro.



À véspera de julgamento de ação no TRF4, campanha defende titulação de quilombos
SÍTIO APP SINDICATO, 23.10.2013

Quilombo Paiol de Telha Fundão na luta por retomar área

Da Terra de Direitos

Participe da campanha que cobra a titulação do território quilombola da comunidade Invernada Paiol de Telha Fundão, localizado em Reserva do Iguaçu, região Centro do Paraná. Assine a petição em apoio ao Paiol de Telha.

“A vida no Fundão era muito boa, tinha festa, reza, trabalho, tinha liberdade. Quando fomos expulsos do Fundão eu já era grande. Depois disso, só tivemos tristeza, é parada em pedacinho de terra, onde não dá pra plantar (...). Fizemos casinha de costaneira e de compensado pra morar. E até hoje, estamos assim, esperando nossa terra.” As lembranças da Neli Terezinha dos Santos, 47 anos, retratam a história do quilombo Invernada Paiol de Telha Fundão, localizado em Reserva do Iguaçu, região Centro do Paraná.

Assim como outras 300 famílias quilombolas da comunidade, Neli vive em condições de vida precárias, por ter sido expulsa do território que pertence aos quilombolas desde o século XIX. A luta pela terra é longa e anterior à própria Constituição, mas desde 2005 a comunidade luta para retomar a área através do processo de titulação nos marcos do Decreto Federal 4887/03. Neste ano todo o trabalho feito pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para a titulação irá a julgamento no Tribunal Regional Federal da Quarta Região – TRF4, no Rio Grande do Sul. Leia aqui a forte e comovente carta da comunidade sobre o processo judicial que pode impedir a titulação do território.

O caso é emblemático por envolver o questionamento da constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas, prevista no art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Ao julgar a titulação da comunidade Paiol de Telhas, desembargadores federais do TRF4 consolidarão uma posição acerca de todos os outros territórios quilombolas da região Sul, influenciando também outros processos em curso no país. Logo, toda Comunidade Quilombola auto-identificada no Brasil, passará pela mesma ameaça de deslegitimação identitária.

ADI 3239 do STF: ameaças aos direitos conquistados - A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 questiona o Decreto Federal 4887/03 no Supremo Tribunal Federal. Seu julgamento teve início no ano de 2012, quando o Ministro Relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deverão votar, não sendo possível afirmar a posição do STF acerca do tema.

Neste contexto de tramitação da ADI, o julgamento do caso Paiol de Telha ganha uma dimensão nacional, que poderá influenciar outros julgamentos ligados à titulação de terras



quilombolas. Caso a decisão seja favorável às famílias, poderá significar avanço no processo histórico de afirmação e conquista de direitos humanos dos povos tradicionais quilombolas do Brasil, além de influenciar positivamente o julgamento da ADI 3239.

Séculos de resistência - A comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha conquistou o acesso ao território em 1860, quando 11 trabalhadores escravizados foram libertados pela então proprietária das terras, Balbina Francisca de Siqueira, e receberam o território como herança.

A partir da década de 1970, o movimento de violência e expropriação do território se intensificou e até hoje a comunidade vive com insegurança da posse da terra, ocupando pequena porção da área originariamente conquistada ou em localidades próximas. Atualmente grande parte da área está sob posse de colonos europeus ou descendentes cooperados da Cooperativa Agrária Entre Rios, que produz commodities para exportação. É a cooperativa dos colonos europeus que ajuizou a ação para impedir o trabalho do INCRA para a titulação do território quilombola.

A história da comunidade e o processo de tomada das terras são resgatados no livro "O Sangue e o Espírito dos Antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha – PR", da professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Miriam Hartung.

Com participação direta de quilombolas da comunidade, a Cartografia Social da Invernada Paiol de Telha, publicado em 2008, também apresenta a história de resistência e as condições atuais da vida das famílias. Entre as dificuldades enfrentadas pelos remanescentes quilombolas está falta de acesso à educação adequada, de apoio à produção rural e assistência técnica, e falta de respeito à cultura tradicional da comunidade.

A comunidade Paiol de Telha foi a primeira do Paraná a receber a Certificação da Fundação Cultural Palmares, reconhecendo as famílias como descendentes diretas de trabalhadores escravizados e comunidade remanescente de quilombos. Foi uma das primeiras a ter o processo aberto no Incra-PR em busca da titulação.

De 2005 para cá, entretanto, foram poucos os avanços no processo de titulação da comunidade. Embora o Incra tenha terminado todos os estudos necessários e rejeitado todos os recursos administrativos da Cooperativa Agrária Entre Rios, há seis meses a comunidade aguarda que o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, assine a portaria de reconhecimento do território da comunidade para que o processo prossiga.

Participe da campanha! - Neste contexto em que povos tradicionais quilombolas têm seus territórios questionados por interesses privados, é necessário que o conjunto das organizações, movimentos sociais, entidades estudantis, manifestem sua posição e apoiem a garantia dos direitos conquistados.

Para participar da campanha, assine petição em apoio à comunidade Paiol de Telha e pela garantia da titulação dos territórios quilombolas.



Representação da FCP – MinC na Bahia começa temporada de visitas aos quilombos do estado

SÍTIO CEDEFES, 23.10.2013

Para estreitar relações e aumentar o reconhecimento quilombola nas comunidades, a Representação Regional da Fundação Cultural Palmares – MinC para Bahia e Sergipe, começa no próximo dia 26 de outubro, o ciclo de visitas e atividades, "Palmares nos Quilombos". A primeira comunidade a receber a equipe da Fundação é o Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho/BA.

O estado da Bahia tem mais de 500 quilombos e a representação regional espera com a atividade, atender as solicitações das comunidades, "o objetivo é, também, fortalecer as lideranças locais, e promover debates para apoiar a promoção da cultura negra nos quilombos", disse o representante da FCP no estado, Fábio de Santana.

A primeira atividade tem o apoio da Fundação Pedro Calmon, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e promoverá no Centro Comunitário Nova Esperança, na comunidade Pitanga dos Palmares, oficinas de teatro, leitura e dança afro, e a exibição do DVD Áfricas, seguida de um debate sobre história local e expressão cultural.

FCP – MinC e as Comunidades Quilombolas – Desde 2003, a FCP– MinC emite as certificações comprovando a origem da comunidade. Esse documento parte de uma vontade dos próprios moradores de se declararem quilombolas e, quando expedido, possibilita a inserção em políticas públicas, de educação, de saúde e de crédito. Atualmente, o acesso às políticas públicas e a regularização fundiária estão entre desafios enfrentados pelos quilombolas. Hoje, existem 2.278 comunidades certificadas pela FCP – MinC, 207 territórios já foram titulados pelo INCRA.

Desde 2008, a FCP também atua nos processos de licenciamento ambiental realizado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e órgãos estaduais ambientais. Atualmente, acompanha mais de 300 empreendimentos em todo o Brasil, em cerca de 950 comunidades, incluindo a de Pitanga dos Palmares.

Serviço

Palmares no Quilombo – Pitanga dos Palmares

Dia: 26 de outubro (sábado) das 9h às 17h

Local: Centro Comunitário Nova Esperança – Comunidade Pitanga de Palmares



Quilombolas retomam território no MA

SÍTIO CEDEFES, 23.10.2013

"Tá no Livro da Vida: Deus entregou a terra a Adão para ele a cultivar e dela tirar o seu sustento. Deus não vendeu terra para ninguém".

Com essas palavras um senhor com mais de 60 anos de idade iniciou seu testemunho sobre a luta recente dos quilombolas de Outeiro Grande, Benfica e Janaubeira, no município de Santa Helena, estado do Maranhão, para defender seu território da sanha violenta dos latifundiários que desejam apenas explorar a terra e suas bondades, como dizem os povos indígenas na Cordilheira dos Andes.

Desde que os primeiros africanos e africanas, fugindo da escravidão em fazendas dos atuais municípios de Pinheiro e Serrano do Maranhão (MA), ali chegaram, viveram em harmonia e liberdade. Plantam, colhem, pescam, celebram, casam-se, criam seus filhos e ali são plantados quando voltam ao pó da terra.

Há uns 20 anos tiveram que enfrentar fazendeiros que pretendiam transformar igarapés, rios e lagos em criatório de búfalos que toldavam as águas, destruíam as plantam afugentavam aves, animais e contaminavam peixes. Nos últimos dias a volta ao cativo parecia iminente. Os quilombolas foram informados que o empresário Raimundo Gaspar, residente em São Luís, e que há alguns anos se diz proprietário de uma área de quase 2.000 hectares dentro do território quilombola, pretendia encerrar as 43 famílias do quilombo Benfica em uma área menor que 100 hectares de terras, o que representaria um pouco mais de 01 hectare por família.

Nas palavras de outro quilombola: "passar por baixo de arame farpado é como voltar ao tempo do cativo e isso não podemos aceitar". Outro acrescentou: "não aceitamos essa humilhação em respeito à memória dos nossos antepassados que lutaram contra a escravidão. Aqui nós podemos andar livres, nunca conhecemos cercas, nem porteira, afinal não somos gado". "Porque gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente", disse o poeta.

A harmonia com a mãe natureza saltou nas palavras de um quilombola: "os igarapés da Faveira, Taquiri, Mutum... e o lago São Francisco são o pai e a mãe não só dos quilombolas daqui, mas de gente de muitos municípios – Pinheiro, Central do Maranhão, Mirinzal, Cururupu, Bequimão, Serrano do Maranhão... – que pescam aqui para sustentar suas famílias. Fora daqui não podemos viver. Conhecemos todos os caminhos e veredas".

Naquela noite novamente o Som dos Tambores nos fez cantar e dançar. Transportou-nos à Terra Sagrada de África. Fez-nos ouvir a Voz dos Orixás e dos nossos Encantados. Fez-nos ouvir as palavras de nossos Ancestrais: Avancem. E com nosso canto e nossos corpos em

CONT.



dança respondemos: Avançaremos na luta em defesa do nosso chão sagrado.

Por essas e outras profundas razões os quilombolas decidiram expulsar o invasor. Montaram barricadas, ergueram acampamento, hastearam bandeira. De outros quilombos chegaram solidariedade-apoio-comida-força-esperança acalentados e carregados em corpos saídos do isolamento social imposto pelas cercas do latifúndio escravocrata.

Dia 20 de outubro, à sombra de uma mangueira – como em tempos passados – os do Caminho de Jesus de Nazaré ouvimos e partilhamos: “a caminho da “terra onde corre leite e mel” foi preciso enfrentar os poderosos que cercaram e se declaram donos das terras férteis e nessa luta foi fundamental a solidariedade para sustentar os braços dos que lutavam; a vitória da Justiça é fruto da luta persistente dos “Pobres nO Espírito”, representados por uma mulher viúva.

A todo o momento e em todos os cantos sempre há um grupo discutindo os rumos da resistência; realizando alguma tarefa ou em atividades lúdicas. Um acampamento é mesmo uma escola, como dissera Aquiles, do quilombo Charco-Jugaral.

Enfim, naquele lugar-memória da resistência às cercas do latifúndio escravocrata que desmata e mata, mulheres e homens – crianças, jovens e adultos – estão escrevendo novas páginas da História em Territórios Livres.

Essa luta não é apenas para efetivar o direito constitucional (art. 215 e 216/CF e art. 68/ADCT), é antes de tudo um dever de justiça com os que foram arrancados de África e, nestas terras da Santa Cruz, escravizados, mas resistiram bravamente e formaram quilombos para derrubar o sistema escravista.

Enquanto fazia este registro fui lembrado:

“E quem nos ajudará
A não ser a própria gente
Pois hoje não se consente esperar.
Somente a rosa e o punhal.
Somente o punhal e a rosa
Poderão fazer a luz do sol brilhar”.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Régis.

Cardozo é convocado para falar em comissão do Senado sobre conflitos indígenas
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 24.10.2013



A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou nesta quinta-feira (24) a convocação do ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) para falar aos senadores sobre os conflitos entre índios e produtores rurais e a demarcação de terras indígenas no país.

A comissão tinha marcado audiência com o ministro para hoje, mas Cardozo desmarcou sua participação pela terceira vez --o que irritou os integrantes da comissão. Com a convocação, Cardozo será obrigado a participar da audiência em data que ainda será marcada pelos senadores. O regimento do Senado impõe o prazo de 30 dias para que o ministro atenda ao chamado dos congressistas.

Presidente da comissão, o senador Benedito de Lira (PP-AL) afirmou que a convocação não representa "confronto" ao ministro porque o chamado está previsto pela Constituição Federal. "Essa é uma opção que as comissões técnicas normalmente proporcionam àqueles que estão sendo convidados a participar de audiência pública para prestar informações que a sociedade e o Congresso Nacional precisam tomar conhecimento."

A senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) disse que Cardozo também recusou sucessivos convites da Comissão de Educação, da qual é integrante, e acabou tendo que ser convocado para explicar problemas na Biblioteca Nacional. "O ministro foi deputado federal, comanda uma das pastas mais relevantes, tem interlocução respeitosa com a Casa, mas lamentavelmente não atendeu nosso convite. O ministro da Agricultura esteve aqui, o da Reforma Agrária, tantos

CONT.



outros sempre comparecem ao Senado", protestou.

Para o senador Ruben Figueró (PSDB-MS), o ministro agiu reiteradamente de forma "desrespeitosa" com a comissão. "Eu considero uma desconsideração do ministro a atitude que ele tomou, agora, de forma reiterada. Estou ciente e consciente de que essa é a terceira vez que ele se recusa a comparecer por convite. Isso demonstra, sem dúvida nenhuma, um gesto inesperado de uma pessoa cortês, solícita, com uma passagem dignificante na Câmara dos Deputados. Mas, com relação a nós aqui, ele foge à responsabilidade."

DEMARCAÇÃO

Os senadores querem discutir o modelo de demarcação de terras indígenas no país, especialmente depois que o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem que as condicionantes impostas para a demarcação contínua na reserva indígena Raposa Serra do Sol não serão aplicadas automaticamente a outras reservas.

Quando o STF decidiu em 2009 pela demarcação, 19 ressalvas foram feitas para, entre outras coisas, garantir a presença da União nas terras, que poderá ingressar livremente no território com as Forças Armadas ou com a Polícia Federal, instalar e dar manutenção a serviços públicos e relativizar o direito do usufruto das terras pelos índios sempre que houver relevante interesse público.

Há um impasse no governo sobre a questão das demarcações, que atualmente é de competência da Funai (Fundação Nacional do Índio). O Ministério da Justiça vai editar decreto que enfraquece os poderes do órgão, que passa a dividir essa competência com outros órgãos que serão ouvidos até a decisão final da presidente da República sobre a demarcação.



Mortes de crianças indígenas aumentam 43,5% em MS

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 24.10.2013

Conselho Distrital denuncia que apesar da Sesai duplicar repasses para R\$ 50 milhões, a Saúde indígena permanece em colapso

Mortes de crianças de 1 a 4 anos aumentaram 43,5% em Mato Grosso do Sul entre os anos de 2011 e 2012. É o que aponta relatório divulgado esta semana pelo Conselho distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul. De acordo com o coordenador da entidade, o terena Fernando de Souza, a alta está relacionada a falta de estrutura nas unidades Básicas de Saúde, o que impede um trabalho de prevenção e até mesmo um socorro imediato aos pacientes, que muitas vezes moram em aldeias afastadas da área urbana.

“Com frota de veículos sucateada, equipamentos defasados e falta de medicamentos as crianças pagam com a própria vida o preço da inoperância da Sesai. O que é revoltante é que este descaso acontece mesmo quando a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) duplicou o teto de repasses que passou de R\$ 25 milhões na gestão da Funasa (Fundação Nacional do Índio) para R\$ 50 milhões com a criação da Secretaria em 2011”, destaca.

Conforme Fernando, do total de mortes, 52% são de doenças infecciosas, em que as causas são evitáveis. “A criança é acometida com uma gripe, por exemplo e sem a medicação básica nos postos o quadro vai se alterando até o óbito. O médico transcreve a receita e muitas vezes o índio não tem acesso nas unidades de saúde das aldeias”, destaca.

Outra preocupação é com aldeias que ficam distantes da área urbana. “O socorro é precário em casos de urgência e emergência porque os veículos da Saúde indígena estão parados no pátio da Sesai por falta de manutenção. Muitas vezes o paciente morre na estrada a caminho de atendimento”, lamenta.

De acordo com gráfico apresentado pelas lideranças indígenas, o ano de 2011 registrou 23 mortes de crianças indígenas contra 33 no ano passado. Também chama atenção as mortes na faixa etária de 15 a 19 anos que quase dobrou. Em 2011 foram 28 mortes contra 44 em 2012. Na faixa etária de 30 a 59 anos foram 88 mortes em 2011 contra 113 em 2012.

Impasse

A crise da Saúde indígena gera desconforto entre a coordenação da Sesai e as lideranças indígenas do estado. De acordo com Fernando de Souza, a comunidade cobra a publicação em diário Oficial do chefe da Sesai, Nelson Olazer. Ele pediu exoneração do cargo no último dia 15 durante Conferência Distrital da Saúde Indígena realizada em Campo Grande.

No próximo dia 26 haverá Conferência Nacional para se redefinir uma nova política nacional de
CONT.



Saúde Indígena. “Queremos um plano de ação emergencial para livrar os indígenas da crise que assola as aldeias além de diminuir os impactos da má administração da Sesai”, destaca.

Ao Campo grande News, o chefe da Sesai Nelson Olazar alega que não suportou a pressão que foi feita e diz ainda que foi vítima de acusações difamatórias. “Me acusaram de incompetência e fizeram insinuações perguntando onde está o dinheiro as Sesai, são incriminações sem foco, sem fundamentos, mas que desgastam”, reclama Olazar.

Diante das acusações, ele nega que durante a gestão tenha sido desonesto. “Não admito que duvidem do meu caráter, é muito difícil fazer tudo certo e ainda ter gente falando mal, sou um pai de família, um cidadão de 50 anos, sempre levei minha vida pública com seriedade, tenho um nome a zelar”, ressaltou o chefe da Sesai. (Douradosagora)

Decisão do STF desconstrói medidas anti-indígenas e nega efeito vinculante às 19 condicionantes de Raposa Serra do Sol

SÍTIO INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS, 24.10.2013

O desfecho da Petição 3388 representou uma importante vitória às populações originárias em luta por seus territórios tradicionais. A decisão desconstrói a Portaria 303 e obriga o Poder Executivo a revogá-la.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram na tarde desta quarta-feira, 23, em Brasília, a Petição 3388 sobre os sete embargos declaratórios apresentados à decisão que reconheceu a constitucionalidade da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima, em 2009.

A reportagem é publicada pelo Cimi, 23-10-2013. Foto: Cimi.



Acompanhando o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, a Corte manteve o acórdão da decisão de 2009, incluindo as 19 condicionantes e ressaltando de forma inequívoca a restrição delas a Raposa Serra do Sol, ou seja, negando o efeito vinculante das mesmas às demais terras indígenas do Brasil.

Mesmo sem ter respondido aos anseios das comunidades indígenas de Raposa e do país, que defendiam - como embargantes - o desprovemento das condicionantes, opinião

apresentada nos votos dos ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio de Mello em oposição ao relator, o desfecho da Petição 3388 representou uma importante vitória das populações originárias em luta por seus territórios tradicionais.

Fato é que certas medidas anti-indígenas dos poderes Executivo e Legislativo saem derrotadas. A decisão desconstrói a Portaria 303, baixada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em 2012 e suspensa por força da mobilização indígena. A portaria estenderia para as terras indígenas do país as condicionantes presentes no acórdão da decisão da Corte sobre a demarcação de Raposa Serra do Sol.

Com a decisão do Supremo, não resta alternativa ao Poder Executivo senão a imediata revogação da Portaria 303 da AGU. Qualquer posição distinta significará uma afronta ao STF e uma opção política anti-indígena por parte do Governo Federal.

O STF reafirmou o direito Originário dos povos em relação à sua terra tradicional. Foi reiterada
CONT.



a decisão de que os títulos de propriedade incidentes na terra indígena são nulos, sem qualquer consideração à data em que foram emitidos.

Os ministros confirmaram ainda a validade do ato administrativo conduzido pelo Poder Executivo no processo de demarcação. Com isso, o STF imprimiu revés definitivo às pretensões ruralistas manifestadas por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00, em tramitação na Câmara Federal.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ressalta, todavia, que o encerramento do julgamento e a publicação do acórdão da Petição 3388 não servirão para cessar as problemáticas no tocante a questão das terras tradicionais dos povos indígenas. É de se presumir que as forças político econômicas anti-indígenas continuem o ataque violento que vem desferindo contra os povos e seus direitos constitucionalmente estabelecidos.

O Cimi reafirma disposição de continuar ao lado dos povos nas lutas por eles travadas na defesa de seus direitos e pela implementação de seus projetos de vida.

Povos indígenas de Rondônia e Amazonas relatam descaso e abandono

SÍTIO RONDÔNIA VIP, 24.10.2013



O grande Encontro de Lideranças do Movimento Indígena Morogita Kagwahiwa do Brasil, reunindo os povos indígenas de Rondônia e Amazonas, está em vigília pelo julgamento dos embargos de declaração na Petição 3388 relativos à demarcação continua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ocorrida por decisão da Corte em 2009.

Os povos Tenharim, Parintintin, Mura, Jiahui, Munduruku, Gavião, Miranha, Arara, Zoró, Karitiana, Torá, Apurinã e Macuxi realizaram uma marcha pelas ruas de Humaitá, onde se realiza o evento, e fechamento da BR-319 por algumas horas.

O objetivo foi protestar contra a atual política indigenista em curso no Brasil, pela ofensiva de retirada de direitos na Câmara Federal pela bancada ruralista e pelo julgamento no Supremo Tribunal Federal das 19 condicionantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

"Hoje já sofremos muito a ofensiva dos grandes projetos na Amazônia, a violência da Polícia Federal que no ano passado matou parente Munduruku e até agora não ouve punição, a Força Nacional e o Exército para nos amedrontar, ameaçar e matar para dar lugar às barragens e hidrovias com desmatamento para produzir soja e jogar veneno em nosso povo. Por isso vamos fechar a BR-319 como exercício de cobrança de nosso direito porque vivemos numa grande aldeia chamada Brasil", disse Aurélio Tenharim.

O deputado federal Padre Ton (PT-RO) participou da abertura do encontro, iniciado no dia 21, e também o deputado estadual Sidney Leite (DEM-MA). As conquistas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, "um marco para a garantia dos direitos indígenas", e um histórico das Cartas anteriores foram temas abordados por Padre Ton, presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

CONT.



As lideranças indígenas manifestaram repúdio contra a situação de abandono dos povos e o preconceito que afetam as comunidades. Afirmaram que os parentes estão morrendo, enquanto a sociedade envolvente alarma quando morre um pássaro ou um animal e nem liga para as mortes de indígenas e suas crianças. "Os povos indígenas vigiam e guardam suas terras sem cobrar nada, enquanto os órgãos públicos ganham muitas diárias sem defender a natureza", afirmou Antenor Karitiana

Margarida Tenharim disse que já se passaram 500 anos e os povos indígenas imaginavam outros 500 diferentes. "Porém, a situação continua igual ou pior. Nós, como mulheres, apostávamos na presidente Dilma, por ser mulher. Porém, ela está nos decepcionando. Ela deveria ter mais respeito por nossos povos, mais respeito com o povo brasileiro. Nós somos os originários das terras e não queremos que tenha mineração em nossas terras".

Em seu pronunciamento sobre as propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados, Ivanildo Tenharim avalia que o governo brasileiro, junto com as lideranças indígenas, tem capacidade de elaborar as propostas sobre mineração, saúde e educação. "Nós podemos fazer nossos projetos. Não precisa copiar de europeus e dos outros".

Fonte: Rondoniadinamica



Figueiró lamenta demora na solução para conflitos em terras indígenas

SÍTIO FRONTEIRA NEWS, 24.10.2013

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou a demora do governo de apresentar soluções reais para os conflitos de terra em Mato Grosso do Sul envolvendo comunidades indígenas. Em discurso no Plenário, nesta quarta-feira (23), ele cobrou uma proposta razoável capaz de deter as invasões de terra e promover a conciliação entre índios e produtores, temendo que a falta de uma "definição real e concreta" resulte em tragédia.

"Que o governo federal use o tempo que tem para agir, a fim de que os princípios constitucionais do direito à propriedade, do marco temporal estabelecido por decisão do Supremo Tribunal Federal sejam respeitados, e a paz, a ordem, a conciliação sejam restabelecidas como primado da convivência fraterna", disse.

O senador criticou o Ministro da Justiça por ter cancelado a sua vinda ao Senado para debater a questão indígena na Comissão de Agricultura. A audiência pública estava marcada para esta quinta.

Ruben Figueiró salientou ainda que deseja a restauração da convivência pacífica entre índios e produtores em seu Estado. Ele citou o caso da gleba Buriti, onde um índio morreu em maio, durante o processo de reintegração de posse. "O governo disse que daria uma resposta em 45 dias, mas já se passaram quase quatro meses e ainda não houve solução satisfatória", reclamou, alertando: "Poderá chegar a um clima que nem o derramamento de sangue conseguirá restabelecer a vida harmônica do passado. Esse sangue que poderá ser derramado não honrará nenhuma das partes".

Assessoria de imprensa



Defesa do índio brasileiro não passa do discurso politicamente correto

SÍTIO REGIÃO NEWS, 24.10.2013

Em Mato Grosso do Sul, há 190 conflitos, num mais ou menos recente, um fazendeiro teve a cabeça esmagada por parte dos índios, 147 propriedades ocupadas no estado da Bahia

Hoje eu vou falar um pouco das terras brasileiras que não são ocupadas por brasileiros por cidadãos brasileiros que exerçam cidadania plena, são as terras indígenas de um modo geral. Elas ocupam 110 milhões de hectares, isso da 13% do território nacional, e são ocupadas por cerca de 500 mil índios, mais ou menos a população de Taguatinga, cidade vizinha de Brasília.

Estou contando isso, porque eu tive com surpresa, pelo que vejo a prática e realidade do governo, o governo tem uma posição da boca pra fora e outra posição nos bastidores, eu ouvi a posição nos bastidores, o governo se queixa muito da exploração dos índios por parte do CIMI da Pastoral da Terra, dos antropólogos, mas principalmente por parte de ONGs estrangeiras que tem outros interesses no Brasil.

Eu vou falar sobre Ministério da Justiça acompanhando isso, não é Polícia Federal não, são outros órgãos mais acima do Ministério da Justiça com quem eu conversei, recentemente por exemplo um atuante da Força Nacional que esteve na legião estrangeira, que lutou no Iraque e, imagine só, veio para o Brasil, entrou na Força Nacional e levou uma flechada do índio.

Choveu flecha sobre esses agentes federais que estavam fazendo o que, estavam desativando balsas ilegais de garimpeiros que poluíam o rio e tudo bem enquanto era só garimpeiro no momento em que chegou nas balsas que havia uma "Joy Adventure", uma sociedade com índios, os índios emboscaram os brasileiros, imagine que esse atingido pelas flechas estava com colete a prova de balas, a flecha rasgou o colete e atingiu o tórax, o índio que foi atingido por uma bala de borracha embarcou no mesmo helicóptero para ir pro hospital e assustava o brasileiro dizendo: "a nossa flecha ta envenenada, você vai morrer", imaginem só.

Em Mato Grosso do Sul, há 190 conflitos, num mais ou menos recente, um fazendeiro teve a cabeça esmagada por parte dos índios, 147 propriedades ocupadas no estado da Bahia, mas há gente que influencia os índios, disso o Ministério da Justiça tem absoluto conhecimento, e em muitos casos os interesses são riquezas minerais, Brasil é muito rico em materiais estratégicos, em minérios estratégicos e raros, o Nióbio por exemplo.

O caso Yanomami, foi uma vitória para esse tipo de influencia estrangeira, e uma grande derrota para soberania nacional. Onde é que se viu uma reserva criada por uma nação que não existe, que foi inventada por uma jornalista francesa, não é uma etnia, e que prejudicou tanto índios quanto arrozeiros que lá plantavam.

Os arrozeiros estão plantando na Guiana, e os índios estão mendigando e trabalhando em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

lixões e na prostituição em Boa Vista, capital de Roraima, enquanto ficou um território desocupado em plena fronteira norte do Brasil. Um descaso muito grande, um descuido muito grande com a nossa soberania.

Mas em toda parte há interesse, uma mistura de milhares de ONG's que o Ministério da Justiça muita gente fica admirada como se da licença pra entrada dessas ONG's, eu acho que no fundo, no fundo, ta começando a mudar, as pessoas estão caindo na realidade, e descobrindo que nós estamos entregando sem resistência, sem defesa de soberania, sem pararmos pra pensar, apenas entrando naquele "politicamente correto" da defesa do índio, apenas isso, um desserviço para com o verdadeiro Brasil.

Transcrição do áudio da participação do jornalista Alexandre Garcia na Rádio Independente AM.



Índios reivindicam mais espaço no Médio Vale e bloqueiam rodovia entre Doutor Pedrinho e Itaiópolis

SÍTIO HORA DE SANTA CATARINA, 24.10.2013

Sob escolta policial e usando colete à prova de balas, a oficial da Justiça Federal de Mafra, Fernanda Freitas de Lira, entregou o mandado de reintegração de posse para o cacique Vaipom, da Aldeia Bugio, quarta-feira à tarde, no Médio Vale do Itajaí. Há 15 dias os índios das oito aldeias da Reserva Duque de Caxias estão mobilizados na região. Terça-feira eles fecharam com troncos o acesso da rodovia SC-477, que liga Doutor Pedrinho, no Médio Vale, a Itaiópolis, Planalto Norte. Ao assinar o documento da oficial, que exige a retirada dos integrantes em três dias, o cacique informou que iria aguardar a presença da Polícia Federal nesta quinta e preferiu não falar com a imprensa.

O protesto, segundo os indígenas, é por causa das demarcações de terras, prometidas pelo Governo Federal em 2003, que aumentariam a reserva de 14 mil para 37 mil hectares. Os agricultores que estão na área em questão alegam que as terras pertencem a eles. O processo corre no Supremo Tribunal Federal.

Além da rodovia, que tem a estrada de chão, os índios, incluindo mulheres e crianças, fizeram abrigos próximo à barreira. Com facões na cintura, eles vigiam o lugar e impedem a passagem de veículos. Numa cerca ao lado da madeira que queimava no chão, cartazes com as frases "cansamos de promessas", "queremos respostas das demarcações das nossas terras" e "vamos lutar até o fim, mesmo que custe nossas vidas" davam o tom da tensão pelo local. Conforme moradores da localidade, os integrantes também teriam ateado fogo em três casas da Reserva Sassafrás, que pertence à Fundação do Meio Ambiente do Estado (Fatma), e invadido a casa em uma fazenda.

Segundo o chefe da reserva, Jairo Serapião Claudino dos Santos, a área pertence à entidade desde 1977. As três casas que ficavam no local serviam de base para pesquisadores do órgão. Um zelador morava em uma delas, mas saiu antes do incêndio, sem entrar em confronto com os índios. Em 2007, os imóveis foram reformados por uma entidade alemã, o que custou cerca de R\$ 200 mil.

— Registramos terça um Boletim de Ocorrência na delegacia da cidade. Também vamos autuar a Funai, já que é a segunda vez em que ocorre invasão no local — informou.

A negociação para que o cacique assinasse o documento da Justiça Federal durou praticamente todo o dia. Na prefeitura de Doutor Pedrinho, uma reunião envolvendo o prefeito da cidade, Hartwig Persuhn, a oficial de Justiça, policiais e o dono da fazenda começou de manhã cedo e se estendeu até perto das 17h. Inicialmente, as autoridades pediram para que o cacique viesse até a prefeitura para conversar, o que não ocorreu. Nesta quinta-feira, a Polícia Federal deve ir ao local.

Funai supervisionou negociações

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194 / 2013

Brasília, 24 de outubro de 2013.

Somente autoridades federais têm o poder de intervir em situações de conflitos com indígenas, por isso a presença da oficial da Justiça Federal no local.

A conversa entre autoridades e o cacique também aconteceu sob supervisão da coordenadora técnica substituta da Funai de José Boiteux, Natalina Vergueiro. Enquanto o impasse não acabar, ela promete acompanhar tudo de perto:

— O que queremos é que seja um manifesto pacífico. Há uma reivindicação por parte dos índios e desejamos que tudo saia da maneira mais tranquila possível.

BA – Comissão definirá situação da comunidade quilombola Rio dos Macacos
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 24.10.2013



Uma comissão formada por representantes da comunidade quilombola Rio dos Macacos, Sepromi e órgãos federais irá se reunir, na próxima semana, em Brasília, para definir urgentemente ações de cidadania, melhoria de vida e finalizar os violentos conflitos que os quilombolas sofrem em seu território, em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A decisão foi tomada em audiência pública, na quarta-feira (23), na sede do Ministério Público Federal (MPF), para discutir o impasse no qual está inserido o Rio dos Macacos, cujo território foi invadido pela Marinha, que teve parecer favorável da Justiça em 2012.

Na audiência, o governo federal, através do diretor de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Fernando Matos, apresentou uma antiga proposta aos quilombolas, que foi rejeitada de prontidão. Na proposta, a União oferece 29 hectares do território em Simões Filho – 21 hectares no território onde atualmente estão e 7 hectares em território no lado oposto da BA 526. No entanto, o laudo antropológico realizado pelo Incra em 2012 apontou que todos os 800 hectares onde está instalada a Base Naval de Aratu há cerca de 40 anos já era ocupada por quilombolas há mais de 200 anos.

No Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), também realizado pelo Incra, ficou acertado 301 hectares para a comunidade Rio dos Macacos, o que foi rejeitado pela Marinha sem nenhuma contestação. Os quilombolas, reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP) querem a garantia da publicação do RTID no Diário Oficial da União (DOU) – procedimento padrão, mas que não ocorreu por motivos considerados escusos pelos quilombolas e defensores da causa – além da suspensão dos processos judiciais e a titulação definitiva do território.

CONT.



Com a recusa da proposta, representantes do governo federal e da Sepromi acertaram com a comunidade a formação da comissão para findar, com urgência, os violentos conflitos ocorridos dentro do território, levar saneamento, energia, saúde e escola aos quilombolas, enquanto os quilombolas, com informações em mãos, constroem uma nova proposta para apresentar à União.

Para Rosemeire dos Santos, líder quilombola do Rio dos Macacos, a Marinha está sendo autoritária e está agindo de forma truculenta e violenta para espantar os quilombolas e fazê-los desistirem de permanecer em suas terras. Durante a audiência, os moradores relataram dezenas de casos de violência sofrida diariamente, ameaças, intimidações e perseguições. "Ainda são os capitães do mato. Mas nós vamos resistir", declarou.

A audiência durou cerca de seis horas, sendo mediada pela subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da PGR, Debora Duprat. Estiveram na mesa o secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial, Elias Sampaio; O chefe de gabinete do Ministério da Defesa, Antônio Thomaz Lessa; o diretor de ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano; o diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal da Advocacia Geral da União (AGU); Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União em Salvador; secretária de Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) além de representantes da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da PR.

O comandante da Base Naval de Aratu, Edgar Luiz Siqueira Barbosa, esteve na mesa, mas se retirou logo no início da audiência, no momento em que quilombolas colocaram um caixão de papelão em sua frente. Ofendido, ele se retirou sem proferir uma palavra.

Para o secretário Elias Sampaio, autor da sugestão para a definição de uma comissão para mitigar com urgência os graves problemas sociais e de miséria pelos quais passam os quilombolas do Rio dos Macacos, defendeu a comunidade e disse que a ignorância é o principal causador desse impasse. "Se fosse de conhecimento da importância das comunidades quilombolas para o Brasil e da necessidade de pagar as dívidas da sociedade com o povo negro, esse problema não existiria. Há uma ignorância de quem está julgando a ação. Sugiro que os órgãos federais dialoguem e construam propostas conjuntamente. Este consenso pode ser um exemplo de implantação do modelo de intervenção pública no Brasil. Sugiro que as comunidades apresentem propostas baseadas em informações. A não resolução desse impasse demanda da falta de entendimento", discursou.



Incrá discute em audiência questão do Rio dos Macacos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 24.10.2013

O Incra participou, nesta quarta-feira (23/10) de uma audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal (MPF) na Bahia e pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para tratar da questão da comunidade quilombola Rio dos Macacos, que está próxima a vila militar da Base Naval de Aratu, no município de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador. 24 10 13quilombolas ba

O evento que ocorreu no auditório do MPF, em Salvador, teve como representante da autarquia, na mesa da audiência, o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano. Esteve presente ainda, na mesa, o procurador-chefe da Procuradoria Federal Especialidade (PFE), Sérgio Brito.

Com auditório lotado de autoridades e militantes quilombolas, o diretor de Diálogos Sociais da Secretaria Geral da Presidência da República, Fernando Matos, e o assessor Silas Cardoso, apresentaram uma proposta melhorada para as 67 famílias que vivem na comunidade quilombola Rio dos Macacos. Leia mais aqui.

A área planejada inclui construção de moradias, área de preservação ambiental, espaço para construção de escola e posto de saúde, e ainda uma área para o cultivo de culturas, que foi ampliada em sete hectares. Mota destacou, no entanto, que se tratava de uma proposta para ser analisada pela comunidade e que os quilombolas do Rio dos Macacos poderiam sugerir novas alterações no projeto.

Entre as autoridades presentes estavam na audiência o chefe de gabinete do Ministério da Defesa, Antonio Thomaz Vessa, o presidente da Fundação Cultural Palmares, José Hilton dos Santos, a assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ana Paula Vilas Boas, o representante da Procuradoria Geral da União, Hélio Pinto de Ribeiro Junior.

Ainda participaram da audiência pública o secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Elias de Oliveira Sampaio, o superintendente regional do Incra/BA Luiz Gulgé, o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Aroldo Andrade e o coordenador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombola, Flávio Assiz.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Reportar erroReportar